



**DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO  
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território  
e do Desenvolvimento Regional**

## **POLÍTICA DE COESÃO NO PÓS-2013**

Documento de Trabalho N° 3/2009

Lisboa

---

---

**FICHA TÉCNICA**

**Título:** Política de Coesão no Pós-2013

**Autores:** Catarina Mendes Leal  
Telma Branco

**Coordenação:** António Alvarenga

**Edição:** Divisão de Informação e Comunicação

**Editor:** Departamento de Prospectiva e Planeamento  
e Relações Internacionais

Av. D. Carlos I, 126  
1249-073 Lisboa  
Fax: (351) 213935208  
Telef: (351) 213935200  
E-mail: [dpp@dpp.pt](mailto:dpp@dpp.pt)  
[www.dpp.pt](http://www.dpp.pt)

---

---

## ÍNDICE

Introdução	3
1. Política de Coesão: de 1957 até Hoje	5
2. Um Olhar sobre a Evolução do Debate relativo ao Futuro da Política de Coesão	12
3. Posições dos Estados-Membros, Instituições Europeias e outros Stakeholders sobre o futuro da Política da Coesão	18
Considerações Finais	26
Bibliografia	30
Anexo – Parâmetros de Negociação e Posições dos Actores envolvidos na Definição da Política de Coesão Pós-2013	41



## INTRODUÇÃO

O exercício de reflexão sobre o futuro da Política de Coesão no pós-2013 surge no contexto do acordo obtido no Conselho Europeu de Dezembro de 2005, com vista à reapreciação do quadro financeiro plurianual comunitário, cujos resultados terão impactos profundos no desenho das políticas comunitárias no futuro próximo.

Face ao enquadramento proporcionado pela existência de um novo período programático, e mediante a necessidade da UE avaliar a eficácia das suas políticas, com a apresentação do Quarto Relatório da Coesão, em Setembro de 2007, iniciou-se um amplo debate que se prolonga até à actualidade, proporcionando a oportunidade de conhecer as posições de uma diversidade de *stakeholders* sobre o futuro desta política.

A Política de Coesão é reconhecida como uma das mais bem sucedidas políticas comunitárias, pelo seu contributo para a realização do mercado único, e pelo apoio que proporciona às regiões mais desfavorecidas no espaço europeu. No entanto, os novos desafios com que a UE se depara e se advinham no futuro próximo e a evolução do contexto económico global impõem a realização de uma reflexão profunda que oriente o desenho da futura Política de Coesão.

Ao longo do debate, Portugal tem reconhecido o elevado contributo que a Política da Coesão desempenhou para o desenvolvimento e modernização do país, advogando que a sua importância e valor acrescentado conferem-lhe um papel único no processo de construção europeia e na concretização da estratégia de desenvolvimento global da UE.

O debate sobre o futuro da Política de Coesão no pós-2013 aproxima-se agora de um momento crucial, sendo expectável que durante o segundo semestre de 2009 se inicie a sua negociação formal em sede do Conselho Europeu, inserida no quadro das negociações da revisão orçamental, após a apresentação do Relatório da Comissão sobre essa matéria.

Face à diversidade de contributos que têm sido apresentados ao longo deste período, o presente trabalho propõe-se observar, analisar e tentar compreender, tanto quanto possível, quais as principais posições dos Estados-membros da UE, bem como os grandes objectivos, em relação às futuras negociações para o período pós-2013 no âmbito da Política de Coesão.

Em relação à metodologia procedemos a uma análise bibliográfica e a uma abordagem empírica através do tratamento de informação recolhida do contacto com alguns dos actores envolvidos no processo em estudo.

De forma a obtermos uma melhor compreensão dos fundamentos económicos e políticos subjacentes ao desenvolvimento desta política no pós-2013 dividimos o presente documento em três partes.



Começamos por fazer uma breve resenha histórica dos principais marcos históricos da Política de Coesão, em paralelo com o percurso de aprofundamento da integração europeia.

No ponto seguinte, apresentamos uma síntese sobre a evolução do debate relativo ao futuro da Política de Coesão, destacando alguns momentos-chave deste exercício e dos principais contributos daí resultantes.

No terceiro e último ponto, apresentamos uma análise em relação a vários parâmetros que deverão/ poderão ser preponderantes na Política de Coesão pós-2013, tendo em conta as várias posições a nível nacional, regional e local dos Estados-membros, bem como de instituições europeias e de *think tanks*.

Nas considerações finais apresentamos um diagnóstico prospectivo sobre as principais posições dos vários actores envolvidos no futuro do processo em análise.

## 1. POLÍTICA DE COESÃO: DE 1957 ATÉ HOJE

A Coesão Económica e Social tem como objectivo atingir, no conjunto das regiões da Comunidade, um potencial de desenvolvimento económico similar, ou seja, uma base infra-estrutural, produtiva, tecnológica e organizacional mínima comum, sobre a qual se poderá fazer uma afectação racional dos recursos que conduza a uma maior eficiência económica em termos comunitários e nacionais.

A redacção inicial do Tratado de Roma (1957) estabelecia já princípios e objectivos que tinham subjacentes o desenvolvimento harmonioso das economias, através da redução das desigualdades entre as diversas regiões e do atraso das menos favorecidas<sup>1</sup>. Todavia, não previa uma política regional, mas simplesmente mecanismos de solidariedade sob a forma de dois Fundos Estruturais: o Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola, Secção Orientação (FEOGA).

A política regional só foi aplicada na sequência do primeiro alargamento da Comunidade (em 1973) – Reino Unido, Irlanda e Dinamarca – a partir da criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), em 1975. No entanto, estas dotações permaneceram muito tempo modestas, impedindo a política regional de ultrapassar um nível limitado.

Apesar dos países fundadores da CEE não apresentarem todos o mesmo nível de desenvolvimento económico e de condições de vida, as diferenças existentes começaram a acentuar-se com os sucessivos alargamentos, sobretudo com as adesões da Grécia (1981), Portugal e Espanha (1986).

Com a adopção do Acto Único Europeu (AUE), em 1986, o reforço da coesão económica e social surgiu como corolário do avanço do processo de integração das economias dos Estados-membros, passando a ser um dos princípios básicos determinantes do modelo de construção europeia que se pretende atingir, conduzindo a um grau mais elevado de integração das economias nacionais e regionais com uma progressiva aproximação dos níveis de rendimento médio, e de padrões e qualidade de vida das populações. Assim, a coesão económica e social tornou-se numa nova competência da Comunidade e foram fixados os seus objectivos e meios.

De entre esses meios, reteve principalmente uma utilização sistemática dos Fundos Estruturais e previu, para tal, uma reforma das respectivas regras de funcionamento.

Ao longo do ano de 1988, o Conselho Europeu deu o seu acordo de princípio a um certo número de medidas económicas designadas "Pacote Delors I" que previam uma duplicação da dotação dos Fundos Estruturais nos 5 anos subsequentes (até 1993).

---

<sup>1</sup> No preâmbulo do Tratado é feita uma alusão à redução das desigualdades de desenvolvimento entre as regiões.

Nesta perspectiva, realizou-se, no âmbito do "Pacote Delors I", a reforma prevista dos Fundos Estruturais, com a finalidade de aumentar a eficácia da política estrutural, deixando os Fundos de ser apenas elementos de um sistema de compensação financeira, para passarem a ser instrumentos de desenvolvimento económico, desempenhando, paralelamente às políticas nacionais e regionais, um papel importante na convergência real das economias.

Esta reforma foi levada a cabo pelo Conselho<sup>2</sup>, cujos princípios das novas regras passaram a ser:

- ◆ Concentração dos fundos por objectivo e por região;
- ◆ Parceria entre a Comissão, os Estados e as autoridades regionais para a planificação, a implementação e o acompanhamento das intervenções;
- ◆ Programação das intervenções;
- ◆ Adicionalidade das contribuições comunitárias.

Pela primeira vez os Fundos Estruturais – FEDER, FSE e FEOGA-Orientação – iniciaram uma actuação concertada de modo a tornar a sua aplicação mais eficaz.

Neste contexto, os Estados-membros apresentaram os seus Planos de Desenvolvimento Regional, com base nos quais foram seleccionados os programas e os projectos que seriam apoiados financeiramente pela Comunidade durante um período de 5 anos (Quadro Comunitário de Apoio, 1989-1993).

Este apoio comunitário foi muito importante para os Estados e para as regiões menos prósperas. O impacto macroeconómico foi positivo para Portugal, em que para além dos efeitos na taxa de crescimento do Produto, o apoio comunitário permitiu suprimir muitas lacunas existentes no campo das infra-estruturas e, simultaneamente, dinamizar indirecta e directamente outros sectores – através do apoio ao investimento produtivo – e valorizar o capital humano (formação profissional, emprego e educação).

O Tratado da União Europeia (TUE), resultante do acordo alcançado em Maastricht, consagrou o aprofundamento da integração europeia, consubstanciado no Mercado Único, na irreversibilidade da União Económica e Monetária (UEM), na PESC e na Cidadania Europeia.

A realização da UEM, em particular, tornou mais complexo no curto prazo a redução das disparidades regionais na Comunidade, na medida em que as exigências inerentes em matéria de rigor orçamental e de política monetária poderiam colocar em causa a

---

<sup>2</sup> Através do Regulamento n.º 2052/88 de 24 de Julho de 1988, tendo as disposições de aplicação para a coordenação das intervenções sido objecto de um outro Regulamento (n.º 4253/88), de 19/12/88.

manutenção dum ritmo de crescimento mais acelerado, indispensável à recuperação do atraso existente.

O Tratado de Maastricht confirmou o princípio de Coesão Económica e Social (artigos 158.º a 162.º), elemento subjacente à formulação e concretização das políticas da Comunidade e definiu os instrumentos mediante os quais a Comunidade apoiaria directamente o reforço da Coesão Económica e Social, através dos Fundos com finalidade estrutural, que já existiam, e ainda pela criação de um novo Fundo – o **Fundo de Coesão**.

O Tratado da UE consagrou ainda um Protocolo sobre a Coesão Económica e Social em que os Estados-membros declararam a sua intenção de permitir uma maior flexibilidade na atribuição dos financiamentos comunitários, tendo em consideração a necessidade de não aumentar excessivamente as despesas orçamentais dos Estados-membros. O Protocolo estabeleceu ainda o acesso ao Fundo de Coesão, aos Estados-membros cujo PNB *per capita* fosse inferior a 90% da média comunitária, e que tivessem definido um programa que lhes permitisse preencher os requisitos referidos no artigo 104.º-C do Tratado CE sobre os défices públicos excessivos no âmbito da coordenação das políticas económicas para a prossecução da UEM. Quatro Estados-membros preenchiam estes requisitos: Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal.

A criação deste Fundo justificou-se pela necessidade de encontrar suporte financeiro para iniciativas cuja realização era mais eficaz a nível comunitário do que a nível financeiro dos Estados-membros isoladamente (Princípio da Subsidiariedade) e que decorriam directamente do mercado interno, quer por se tratar de exigências normativas, quer por serem indispensáveis ao aproveitamento das vantagens inerentes ao mercado único.

A criação do Fundo de Coesão ficou estipulada no artigo 130.º-D do Tratado de Maastricht, actual artigo 161.º do Tratado CE.

O Tratado estipulou que o Fundo deveria "contribuir financeiramente para a realização de projectos", nos domínios do ambiente e das redes transeuropeias em matéria de infra-estruturas de transportes.

Para colocar em prática o Fundo, o Conselho instituiu primeiramente (em 1 de Abril de 1993) um "Instrumento Financeiro de Coesão" (Regulamento n.º 792/93), o qual foi substituído pelo Fundo de Coesão a 16 de Maio de 1994 (Regulamento n.º 1164/94 modificado pelos Regulamentos n.º 1264 e 1265/99).

Nos dois sectores de acção previstos pelo Tratado, o Fundo pode conceder ajuda nos seguintes casos:

- ◆ Projectos no domínio do ambiente que contribuam para a realização dos objectivos fixados no artigo 174.º (130.º-R) do Tratado nos domínios seguintes: qualidade do ambiente, saúde humana, utilização dos recursos naturais e problemas regionais

ou mundiais do ambiente. Nestes projectos incluem-se os projectos resultantes de medidas adoptadas ao abrigo do artigo 175.º (130.º-S) e que correspondam às prioridades de política ambiental comunitária estabelecidas pelo Quinto Programa de Acção no domínio do ambiente e do desenvolvimento sustentável;

- ◆ Projectos de infra-estruturas de transportes de interesse comum, financiados pelos Estados-membros e identificados no âmbito das directrizes mencionadas no artigo 155.º (129.º-C) do Tratado; contudo os projectos que contribuam para a realização dos objectivos do artigo 154.º (129.º-B) relativo às redes transeuropeias poderão ser financiados até que o Conselho tenha adoptado directrizes adequadas;
- ◆ Estudos preliminares relacionados com projectos elegíveis;
- ◆ Medidas de apoio técnico e estudos conexos.

A percentagem de financiamento variou entre 80% a 85% das despesas públicas relativas a um projecto, conforme o tipo de intervenção a efectuar. Quando outros apoios comunitários fossem acrescentados ao financiamento acordado pelo Fundo para um projecto, o conjunto do apoio não poderia exceder 90% das despesas totais.

Para o período de 1993-99, o Fundo dispôs de um volume de possibilidades de autorização de pouco mais de 15 mil milhões de ecus, repartidos anualmente<sup>3</sup>.

Paralelamente, a Comunidade foi levada a proceder a um novo e substancial aumento da dotação dos Fundos Estruturais. Com efeito, após a assinatura do Tratado de Maastricht, a Comissão tinha proposto um aumento considerável, o denominado "Pacote Delors II". O Conselho Europeu, reunido em Edimburgo, em Dezembro de 1992, apenas considerou uma parte das propostas e planeou o escalonamento das despesas a mais longo prazo. O esforço consentido foi considerável<sup>4</sup>. Este esforço financeiro foi acompanhado por uma reforma importante dos Fundos Estruturais. Decidida em Julho de 1993 pelo Conselho, esta reforma pretendeu responder a uma dupla preocupação: por um lado, à integração de todas as intervenções estruturais na estratégia global da luta contra o desemprego; e, por outro, ao desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas.

Finalmente, o Fundo de Coesão previsto pelo Tratado de Maastricht foi criado em Março de 1994.

---

<sup>3</sup> O Regulamento n.º 1264/99 fixou uma repartição apenas indicativa entre os Estados beneficiários: Espanha – entre 61% e 63,5%; Grécia – entre 16% e 18%; Portugal – entre 16% e 18%; Irlanda – entre 2% e 6%.

<sup>4</sup> O montante global atribuído ao conjunto das acções estruturais para 6 anos (1994-1999) elevou-se a 208 mil milhões de ecus, o que significou um aumento de 41% em relação ao período precedente (1988-1993). Em 2000, as dotações para autorizações da política estrutural representaram, com 32 mil milhões, perto de 1/3 do orçamento comunitário, em comparação com um pouco mais de metade para a agricultura.

Com base nas grandes orientações exprimidas pela Comissão Europeia na "Agenda 2000" (de Julho de 1997) e pormenorizadas nas suas propostas de Março de 1998, o Conselho Europeu reunido em Berlim, um ano mais tarde, aprovou uma nova reforma dos Fundos Estruturais. Esta reforma teve os seguintes objectivos: maior concentração das ajudas; simplificação e uma descentralização do funcionamento dos Fundos; reforço da sua eficácia e, conseqüentemente, da avaliação e do controlo; insistência sobre a adicionalidade.

Com esta reforma, manteve-se ao mesmo tempo o Fundo de Coesão e fez-se do Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (IFOP), um Fundo na plena acepção do termo. A reforma foi formalmente adoptada pelo Regulamento n.º 1260/99 do Conselho, em 21 de Junho de 1999.

Paralelamente, o mesmo Conselho Europeu de Berlim aprovou a atribuição de €213 mil milhões às acções estruturais para o período de 2000-2006, 7 mil milhões dos quais destinados ao novo "Instrumento Estrutural de Pré-Adesão" (IEPA), que se destinou a facilitar a adaptação dos países da Europa Central e Oriental, na altura candidatos à adesão à União.

No âmbito da Política Agrícola Comum (PAC), com o Regulamento (CE) n.º 1290/2005 do Conselho, relativo ao financiamento da PAC, em 2005, foram criados dois Fundos – o Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e o Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER) – deixando de existir o FEOGA-Orientação, passando o FEADER a estar focalizado no apoio ao Desenvolvimento Rural. Esta mudança abriu novas oportunidades para países com problemas graves de ajustamento de territórios anteriormente vocacionados para a produção agrícola e "ameaçados" por processos de desertificação e abandono, o que torna o FEADER aplicável a países da coesão com problemas desta natureza.

Em Janeiro de 2007, com o alargamento, a realidade da UE-27 alterou-se. A sua superfície aumentou mais de 25%, a sua população mais de 20%, enquanto a sua riqueza só aumentou cerca de 5%. O PIB médio por habitante da UE diminuiu mais de 10% e as disparidades regionais foram multiplicadas por dois. Dado que aproximadamente 60% das regiões menos desenvolvidas se situam doravante nos 12 Estados-membros que aderiram a partir de 2004, o centro de gravidade da política regional deslocou-se para Leste.

A UE aproveitou a adesão destes países para reorganizar e reestruturar as suas despesas com a política regional. Actualmente a política regional da UE constitui a segunda maior rubrica orçamental da União (o equivalente a 35%), com uma dotação de €348 mil milhões (preços de 2006) – €278 mil milhões para os Fundos Estruturais e €70 mil milhões para o Fundo de Coesão – para o período de 2007-2013.

O FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão destinar-se-ão a financiar a política regional entre 2007-2013 no âmbito de três novos objectivos – Convergência, Competitividade e Cooperação, agrupados naquilo que foi designado por "Política de Coesão":

- ◆ **Objectivo Convergência** – Visa acelerar a convergência dos Estados-membros e das regiões menos desenvolvidas da UE através de uma melhoria das condições de crescimento e de emprego. Trata-se de um objectivo financiado pelo FEDER, pelo FSE e pelo Fundo de Coesão, que representa 81,5% dos recursos afectados. Os limites máximos de co-financiamento das despesas públicas elevam-se a 75% no que diz respeito ao FEDER e ao FSE, e a 85% no que diz respeito ao Fundo de Coesão.
- ◆ **Objectivo Competitividade Regional e Emprego** – Pretende antecipar as alterações económicas e sociais, promover a inovação, o espírito empresarial, a protecção do ambiente e a criação de mercados de trabalho inclusivos nas regiões não abrangidas pelo objectivo “Convergência”. É financiado pelo FEDER e pelo FSE, representando 16% do total dos recursos afectados. As acções decorrentes deste objectivo podem ser co-financiadas até 50% das despesas públicas.
- ◆ **Objectivo Cooperação Territorial Europeia** – Destina-se a reforçar a cooperação aos níveis transfronteiriço, transnacional e inter-regional nos domínios do desenvolvimento urbano, rural e costeiro, do desenvolvimento das relações económicas e da entrada em rede das pequenas e médias empresas (PME). É financiado pelo FEDER, representando 2,5% do total dos recursos afectados. As acções decorrentes deste objectivo podem ser co-financiadas até 75% das despesas públicas.

O apoio dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão aos três objectivos equivale sempre a um co-financiamento. As taxas praticadas podem ser reduzidas de acordo com o princípio do “poluidor-pagador” ou quando o projecto é gerador de receitas. É óbvio que todos os projectos devem respeitar a legislação europeia, designadamente em matéria de concorrência, de ambiente e de atribuição de contratos públicos.

As medidas serão prioritariamente dirigidas para os países da Europa Central e Oriental, bem como para as regiões dos outros Estados-membros que têm necessidades especiais. Os 12 países que aderiram após 2004 receberão, entre 2007 e 2013, 51% das dotações totais da política regional, apesar de representarem menos de 1/4 da população total. As verbas provêm de três fontes diferentes, de acordo com a natureza da assistência e o tipo de beneficiário em causa: FEDER, FSE e Fundo de Coesão.

Perante esta nova realidade, no período de 2007-2013, a política de coesão económica e social concentrar-se-á ainda mais nos problemas cruciais de desenvolvimento em matéria de crescimento económico e de emprego, continuando a apoiar igualmente as regiões que ainda não concluíram o seu processo de convergência real. Continuam a ser igualmente necessárias intervenções estruturais nas zonas geográficas que se deparem com dificuldades estruturais específicas (zonas industriais em reconversão, zonas urbanas, rurais ou dependentes da pesca, zonas com graves desvantagens naturais ou

demográficas). Por fim, a simplificação e a descentralização da gestão dos instrumentos financeiros da política regional (Fundos Estruturais e Fundo de Coesão) serão as peças fundamentais da reforma da política regional para o período de 2007-2013.

Há ainda que mencionar que na sequência da revisão dos Fundos Estruturais para o período 2007-2013, a Comissão Europeia comprometeu-se em assegurar que os Fundos Estruturais e o Fundo de Coesão sejam usados prioritariamente em acções que contribuam para os objectivos da Estratégia de Lisboa, incorporando nos novos regulamentos a obrigação de aplicar pelo menos 60% de investimento financiado pelos Fundos Estruturais no caso das regiões de **convergência** e 75% nas regiões de objectivo de **competitividade regional e emprego**.

Finalmente, se o Tratado de Lisboa entrar em vigor, a coesão económica, social e territorial na UE consolidar-se-á, pois pela primeira vez o princípio da coesão territorial passará a estar contemplado entre os objectivos da UE (Título I, art.º 3º) e o art.º 174º traduz uma inflexão em relação ao art.º 158 TCE, dado que o foco de aplicação é alargado, passando a cobrir regiões, quer de países ricos, quer de países pobres e não somente as regiões menos desenvolvidas<sup>5</sup>. De acordo com o Protocolo (n.º 28, do Tratado) relativo à Coesão Económica, Social e Territorial<sup>6</sup> é uma vez mais reafirmada, apontando a importância do papel dos Fundos Estruturais no domínio de coesão.

Há ainda que mencionar o facto do Tratado de Lisboa reforçar o papel das regiões, consagrando uma nova definição do princípio de subsidiariedade (Título I, art.º 5º), que passará a abarcar os níveis local e regional. De acordo com esta definição, a UE só intervém se os resultados da acção prevista forem atingidos de forma mais eficaz a nível da UE do que a nível nacional<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Com efeito, o art. 174º, parágrafo 3º, consagra que “entre as regiões em causa, é consagrada especial atenção às zonas rurais, às zonas afectadas pela transição industrial e às regiões com limitações naturais ou demográficas graves e permanentes, tais como as regiões mais setentrionais com densidade populacional muito baixa e as regiões insulares, transfronteiriças e de montanha. (*in Versões consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia*, JOCE n.º C 115 de 09 de Maio de 2008, p. 127.

<sup>6</sup> Cf. *Versões Consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia*, (JOCE n.º C 115 de 09 de Maio de 2008), p. 310.

<sup>7</sup> Para Roberto Camagni a coesão territorial tem três componentes:

“(1) **Territorial Efficiency**: resource-efficiency with respect to energy, land and natural resources; competitiveness and attractiveness of the local territory; internal and external accessibility; (2) **Territorial Quality**: the quality of the living and working environment; comparable living standards across territories; similar access to services of general interest and to knowledge; (3) **Territorial Identity**: presence of “social capital”; landscape and cultural heritage; capability of developing shared visions of the future; creativity; productive “vocations” and competitive advantage of each territory”.

(in “TEQUILA: a methodological proposal for Territorial Impact Assessment of Community policies”, EU Seminar on Territorial Impact Ministry of Housing, Spatial Planning and the Environment, Amsterdam, 05 de Mar. 2009).

## 2. UM OLHAR SOBRE A EVOLUÇÃO DO DEBATE RELATIVO AO FUTURO DA POLÍTICA DE COESÃO

O exercício de reflexão sobre o futuro da Política de Coesão no pós-2013 surge no contexto do acordo obtido no **Conselho Europeu de Dezembro de 2005** sobre as Perspectivas Financeiras para o período 2007-2013<sup>8</sup>. Nessa ocasião, com vista à execução da reapreciação do quadro financeiro plurianual comunitário, o Conselho solicitou à Comissão Europeia a elaboração de um relatório sobre a revisão orçamental, a apresentar em 2008/2009, com base no qual o Conselho pudesse fundamentar a sua decisão sobre o futuro do orçamento comunitário<sup>9</sup>.

Em paralelo à discussão sobre a renegociação do orçamento comunitário, foi lançado o debate autónomo sobre o futuro da Política de Coesão, com a publicação do **Quarto Relatório da Coesão Económica e Social**, em Maio de 2007.

O Quarto Relatório avaliou o impacto do financiamento destinado às regiões, apresentando pela primeira vez uma perspectiva da situação económica, social e territorial da UE com 27 Estados-membros e identificou alguns desafios que se apresentam às regiões e aos Estados-membros<sup>10</sup>. Apresentou ainda dez questões<sup>11</sup> orientadoras da discussão sobre o futuro da Política de Coesão, com vista ao **4º Fórum da Coesão**, que teve lugar em Bruxelas, a 27 e 28 de Setembro de 2007.

Esse evento, coincidente com a Presidência Portuguesa do Conselho da UE, juntou representantes políticos e outros *stakeholders* de toda a Europa, partindo das principais conclusões do Quarto Relatório para lançar oficialmente o debate sobre o futuro da Política de Coesão no pós-2013.

---

<sup>8</sup> CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Bruxelas de 15-16 de Dezembro de 2005, [15914/1/05 REV 1], Bruxelas, 30/01/06, [on-line], Disponível em [http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/87655.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/87655.pdf).

<sup>9</sup> "79. Os Europeus vivem uma era de acelerada transformação e perturbação. O crescente ritmo da mundialização e as rápidas mudanças tecnológicas continuam a oferecer novas oportunidades e a colocar novos desafios. Neste contexto, o Conselho Europeu acorda em que a UE devesse levar a cabo uma reavaliação exaustiva do quadro financeiro, que abranja tanto as receitas como as despesas, a fim de apoiar a modernização e de a reforçar, numa base permanente.

80. Por conseguinte, o Conselho Europeu convida a Comissão a empreender uma revisão completa e abrangente, que cubra todos os aspectos das despesas da UE – incluindo as relativas a PAC – e dos recursos da UE – incluindo o abatimento do Reino Unido, e a apresentar um relatório sobre essa revisão em 2008/9. Com base nessa revisão, o Conselho Europeu poderá tomar decisões sobre todos os assuntos por ela abrangidos. A revisão será igualmente tomada em conta nos trabalhos preparatórios das próximas perspectivas financeiras."

(in CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, Perspectivas Financeiras 2007-2013, [15915/05], Bruxelas, 19/12/05, [on-line], Disponível em <http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/05/st15/st15915.pt05.pdf>)

<sup>10</sup> Globalização, alterações climáticas, aumento dos preços da energia, evolução demográfica e tensões sociais.

<sup>11</sup> As questões suscitadas abordam a adaptação da Política de Coesão aos novos desafios identificados no Relatório, a continuação de uma abordagem integrada e mais flexível ao desenvolvimento/crescimento e emprego no novo contexto e a avaliação do sistema de gestão da política no período 2007-2013.

A Presidência Portuguesa contribuiu ainda de forma significativa para colocar a temática no centro da agenda europeia, através da realização da **Reunião Informal de Ministros do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**, que teve lugar a 23 e 24 de Novembro de 2007, nos Açores. Reflectindo os resultados da sessão dedicada à Política de Coesão, nas suas Conclusões a Presidência Portuguesa identificou uma série de temáticas sobre as quais considerou relevante reflectir durante o debate que então se iniciava, tais como:

- ◆ A importância de fortalecer a relação entre crescimento económico e coesão económica, social e territorial;
- ◆ Uma abordagem mais estratégica e integrada, tendo em vista impulsionar e integrar estratégias de crescimento aos níveis europeu, regional e local;
- ◆ A necessidade de melhor direccionar as intervenções, para aumentar a eficiência e a eficácia da Política de Coesão;
- ◆ A necessidade de desenvolver mecanismos de governação que aumentem a flexibilidade de implementação da Política de Coesão;
- ◆ A necessidade crescente da cooperação para promover redes e trocas entre territórios, pessoas e actividades.

O resultado da consulta pública em resposta às questões apresentadas no Quarto Relatório foi apresentado no **Quinto Relatório Intercalar sobre a Coesão e Económica e Social – Regiões em crescimento, Europa em Crescimento**, publicado em Junho de 2008. Embora no próximo capítulo deste documento seja apresentada uma análise em maior detalhe das posições assumidas nesse exercício, importa salientar algumas ideias centrais que mereceram o acordo generalizado dos intervenientes e que por isso a Comissão destacou no seu Relatório.

Disso é exemplo o reconhecimento consensual da importância da Política da Coesão para a redução das disparidades entre as regiões da UE e da necessidade de uma política mais forte no pós-2013 para todas as regiões, rejeitando-se a ideia de renacionalização. Para uma melhor utilização dos recursos existentes, apela-se à concentração do investimento em matérias prioritárias, como a inovação, educação, apoio a pequenas e médias empresas, infra-estruturas e o combate às alterações climáticas e reconhece-se a necessidade de existir uma maior coordenação com as diversas políticas sectoriais da UE, para que a resposta aos novos desafios seja mais eficaz. O apelo à simplificação de procedimentos é igualmente comum à maioria dos contributos, nomeadamente no que refere aos mecanismos de cooperação territorial, cuja importância é evidenciada por diversos actores, como uma mais-valia da Política de Coesão.

Mantendo-se a discussão num enquadramento informal, as sucessivas Presidências do Conselho Europeu deram importantes contributos para o avançar do debate, através da

organização de conferências dedicadas à temática e abordando-a nas **Reuniões Informais de Ministros responsáveis pela Política de Coesão**. Dessa forma, no âmbito da **Presidência Francesa**, o debate realizado em Marselha, a 26 de Novembro de 2008, permitiu evidenciar conceitos como os seguintes:

- ◆ A inexistência de contradição entre competitividade, eficiência e os objectivos da coesão;
- ◆ Embora a Política de Coesão tenha um papel a desempenhar no apoio às regiões na resposta aos novos desafios, não deve substituir-se às políticas sectoriais, nem afastar-se do seu objectivo primário, devendo continuar a apoiar as regiões menos desenvolvidas que por isso estão menos preparadas para enfrentar nos novos desafios<sup>12</sup>;
- ◆ A dimensão essencialmente territorial da Política de Coesão, deverá contribuir para que esteja mais presente a noção da diversidade dos territórios, do seu potencial e problemas específicos.

Já sob a **Presidência Checa**, a Reunião Informal de Mariánské Lázně, realizada entre 22 e 24 de Abril de 2009, proporcionou a oportunidade para adoptar um Comunicado final, no qual os Ministros expressaram o seu acordo, entre outros, sobre os seguintes princípios:

- ◆ A Política da Coesão não deverá consubstanciar-se apenas na forma de subsídios devendo continuar a proceder-se a uma análise e utilizar-se outras formas de financiamento. Como tal, reconhece-se a necessidade de continuar o debate alargado sobre as questões políticas e estratégicas da Política da Coesão.
- ◆ O enfoque principal deverá centrar-se nas regiões mais desfavorecidas, devendo no entanto estar presente em todo o território da UE.
- ◆ A Política da Coesão representa um importante contributo para alcançar os objectivos das Estratégias de Lisboa e de Gotemburgo, através do estímulo ao investimento público, de particular importância no actual contexto de crise económica. Embora seja importante manter o seu enfoque em objectivos

---

<sup>12</sup> Por ocasião da Reunião de Marselha, a Comissão para a Política Regional apresentou uma versão inicial do Relatório *Regions 2020 – An Assessment of Future Challenges for EU Regions*, que apresenta uma primeira projecção dos impactos territoriais de quatro novos desafios: globalização, alterações climáticas e demográficas e exigências energéticas. O relatório *Regions 2020* conclui que todas as regiões serão afectadas por estes desafios, embora em graus de severidade distintos, de acordo com as especificidades da região e as disparidades que as distinguem. De acordo com a análise apresentada, as regiões do Sul e Sudeste serão altamente vulneráveis aos desafios colocados pela globalização, bem como pelas alterações demográficas. No que refere às alterações climáticas, identifica um forte padrão centro-periferia, bem como a particular vulnerabilidade das regiões do Sul. No que respeita aos desafios relacionados com o sector energético, a sua caracterização varia amplamente ao nível nacional, não sendo identificado um padrão regional.

estratégicos de longo-prazo, a Política da Coesão tem potencial, neste contexto, para fornecer um estímulo a curto-prazo.

Aproximando-se um momento relevante para a discussão sobre o futuro da Política da Coesão, por ocasião da Reunião Informal de Marianske Lazne, a Comissão Europeia expôs algumas reflexões sobre alguns temas, com base nas questões-chave identificadas desde a apresentação do Quarto Relatório da Coesão e sobre possíveis orientações futuras. Constituindo este documento<sup>13</sup> o **input mais recente da Comissão** para esta discussão, as suas posições estão também contempladas no quadro 3.1, em anexo, no entanto destacam-se os seguintes aspectos:

- ◆ Perante o actual contexto global existe uma motivação reforçada para a Política da Coesão. A mobilização do potencial territorial para a promoção da competitividade, e dos recursos subexplorados das regiões permitir-lhe-á auxiliar todas as regiões no seu contributo para uma Europa sustentável e próspera, trabalhando assim em prol de uma maior eficiência e equidade.
- ◆ A dimensão territorial da Política da Coesão deverá ser reforçada, colocando-se uma nova ênfase na capacitação institucional, no desenvolvimento de instituições eficazes, e na concepção de soluções integradas para os novos desafios, que tenham em linha de conta as características de cada local, num enquadramento multi-nível, envolvendo activamente os actores territoriais.
- ◆ Fundamental resolver as causas dos constrangimentos e identificar as suas principais capacidades, com vista a facilitar a integração no mercado comum e libertar o potencial das regiões que encontrem maiores entraves ao seu crescimento.
- ◆ Deverá assegurar-se que as regiões mais desfavorecidas beneficiam da transferência de conhecimento e tecnologia provenientes das regiões mais desenvolvidas.
- ◆ Sendo consensual o valor adicional associado à cooperação territorial, será desejável desenvolver mais aprofundadamente o seu papel na concepção de soluções comuns para problemas partilhados. Para tal, será necessário um aumento da sua escala e uma mudança na natureza da cooperação territorial. As respostas aos novos desafios requerem uma maior concentração na cooperação com os países vizinhos.
- ◆ Deverão ser construídos laços mais fortes entre os programas da Política da Coesão e a Estratégia de Lisboa.

---

<sup>13</sup> COMISSÃO EUROPEIA, "Reflection Paper on Future Cohesion Policy", Informal Ministerial Meeting of Ministers for Regional policy, Marianske Lazne, 22-24 de Abril de 2009, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/commission\\_barroso/hubner/document/reflection-paper-on-future-cohesion-policy.pdf](http://ec.europa.eu/commission_barroso/hubner/document/reflection-paper-on-future-cohesion-policy.pdf)

- ◆ Necessário repensar medidas de promoção de competitividade de forma a ter-se devidamente em consideração as limitações e oportunidades representadas por uma economia assente num baixo teor em carbono e realizar investimentos em infra-estruturas em consonância com preocupações de combate às alterações climáticas.
- ◆ Deverá procurar-se um equilíbrio entre as regras e os procedimentos necessários à correcta utilização dos recursos comunitários, mantendo critérios de avaliação de performance, mas simplificando mecanismos e tornando-os mais eficientes e eficazes, particularmente no domínio da cooperação territorial. Os mecanismos de cumprimento deverão ser mais orientados para os resultados, através da promoção de uma cultura de monitorização e avaliação mais forte.

Dos **diversos stakeholders** que recentemente têm vindo a intervir neste debate, e cujo contributo está igualmente expresso no quadro 3.1, em anexo, destaca-se o **Relatório Barca**<sup>14</sup>, elaborado por solicitação da Comissão Europeia e apresentado em Abril de 2009. Marcado por algumas críticas à situação actual, o relatório considera o impacto da Política de Coesão insatisfatório, propondo por isso uma reforma necessária para o seu sucesso no período pós-2013, assente em dez pilares:

- ◆ Concentração inovadora nas prioridades centrais e uma atribuição tradicional do financiamento.
- ◆ Um novo quadro estratégico para a Política da Coesão.
- ◆ Uma nova relação contratual, implementação e reporte orientados para os resultados.
- ◆ Uma governação reforçada para as prioridades.
- ◆ Promoção de despesa adicional, inovadora e flexível.
- ◆ Promoção do carácter experimental e mobilização de actores locais.
- ◆ Promoção do processo de aprendizagem.
- ◆ Reforço do papel da Comissão enquanto centro de competências.
- ◆ Implementação de gestão financeira e controlo.
- ◆ Reforço do sistema político de alto nível de *checks and balances*.

---

<sup>14</sup> Fabrizio Barca, An Agenda for a Reformed Cohesion Policy – A Place-Based Approach to Meeting European Union Challenges and Expectations, Abril de 2009.

O autor defende ainda que a implementação das medidas propostas necessitará de um forte compromisso político durante 2010 e a aplicação de algumas alterações já no actual período de programação. Seria igualmente necessário que a estrutura das negociações orçamentais sobre a Política da Coesão permitisse um acordo simultâneo quanto aos recursos, modelos de governação e objectivos.

Em Junho de 2009 foi publicado o **Sexto Relatório Intercalar sobre Coesão Económica e Social**. Este documento “destaca a criatividade e a inovação como factores que podem ajudar a União a sair da actual crise económica mais rapidamente e fortalecida”<sup>15</sup>, tendo como objectivo indicar os factores essenciais para o seu desenvolvimento quer nas regiões mais desenvolvidas, como nas menos desenvolvidas.

O Relatório apresenta ainda uma síntese das conclusões retiradas no âmbito da Consulta Pública do Livro Verde sobre Coesão Territorial<sup>16</sup>, destacando-se que foi possível acordar que o objectivo da coesão territorial “é incentivar o desenvolvimento harmonioso e sustentável de todos os territórios, com base nas suas características e recursos territoriais” e identificar enquanto seus elementos básicos a concentração, a conexão e a cooperação.

Após o seu lançamento com a apresentação do Quarto Relatório da Coesão Económica e Social, em Maio de 2007, e o seguimento que a discussão tem vindo a ter em diversos fora informais, o debate sobre o futuro da Política de Coesão no pós-2013, aproxima-se agora de um momento crucial. É expectável que durante o segundo semestre de 2009 a Comissão apresente o seu relatório sobre a revisão orçamental. Nesse seguimento, de acordo com o seu Programa de Trabalho<sup>17</sup>, a **Presidência Sueca** está disponível para em sede do Conselho dar início à negociação formal sobre o futuro da Política de Coesão, inserida no quadro das negociações da revisão orçamental.

Assim, ainda durante o segundo semestre de 2009, a **Conferência sobre Política de Coesão e Desenvolvimento Territorial** a realizar na Suécia a 10 e 11 de Dezembro de 2009, poderá representar uma primeira oportunidade para conhecer as reacções dos Estados-membros e restantes stakeholders face a alguns desenvolvimentos que se verifiquem até lá.

---

<sup>15</sup> COMISSÃO EUROPEIA, Sexto Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social, Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, [COM(2009) 295 final/{SEC(2009) 828 final}], (Bruxelas, 25.6.2009).

<sup>16</sup> COMISSÃO EUROPEIA, Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia – Tirar Partido da Diversidade Territorial, Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité das Regiões e ao Comité Económico e Social Europeu, COM(2008) 616 final, {SEC(2008) 2550}, (Bruxelas, 6.10.2008).

<sup>17</sup> SWEDISH GOVERNMENT, Work Programme for the Swedish Presidency of the EU – 1 July – 31 December 2009, [on-line], Disponível em [http://www.se2009.eu/polopoly\\_fs/1.6255!menu/standard/file/Arbetsprogram%20f%C3%B6r%20det%20svenska%20ordf%C3%B6randeskapet%20i%20EU%201%20juli-31%20dec%202009.pdf](http://www.se2009.eu/polopoly_fs/1.6255!menu/standard/file/Arbetsprogram%20f%C3%B6r%20det%20svenska%20ordf%C3%B6randeskapet%20i%20EU%201%20juli-31%20dec%202009.pdf).

### **3. POSIÇÕES DOS ESTADOS-MEMBROS, INSTITUIÇÕES EUROPEIAS E OUTROS STAKEHOLDERS SOBRE O FUTURO DA POLÍTICA DA COESÃO**

Face ao contexto actual do debate sobre as linhas de orientação para o futuro da Política de Coesão, e com vista à sua futura negociação, identificou-se um conjunto de parâmetros pertinentes para distinguir o posicionamento dos Estados-membros e outros actores envolvidos no debate e processo negocial:

#### **◆ Parâmetros**

- Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu;
- Princípios Orientadores da PC;
- Elegibilidade de territórios e indicadores e transição entre objectivos convergência e competitividade;
- Abordagem nacional vs. Regional;
- Abrangência vs. Focalização;
- Âmbito de aplicação e identificação de prioridades;
- Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo;
- Relação com Novos Desafios E Resposta ao actual contexto económico global;
- Coordenação com outras políticas sectoriais;
- Relação com a Coesão Territorial;
- Relação com a Cooperação Trans-fronteiriça;
- Relação com Fundos;
- Simplificação, monitorização e avaliação.

#### **◆ Estados-membros**

- Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia, Suécia.

#### **◆ Stakeholders**

- Comissão Europeia, Assembleia das Regiões Europeias, Eurocities, Fabrizio Barca, Jiri Blazek, Michel Delebarre, Petr Zahradnick.

Tendo em conta a análise efectuada às várias posições (*vide* Anexo I), apresentamos uma interpretação por parâmetro.

O contributo da Política de Coesão para a redução das disparidades socioeconómicas entre as regiões europeias, dando cumprimento ao princípio da solidariedade é

identificado pela maioria dos actores como a principal **justificação** para esta política comunitária. Merece igualmente referência o incentivo que concede à competitividade estrutural das regiões e, por consequência, à promoção do crescimento e emprego, não só pelo seu impacto ao nível regional, como pelo contributo que representa para o papel de liderança a desempenhar pela UE no contexto global.

O alargamento da UE é identificado por alguns como um dos maiores desafios da UE, sendo por isso referido como factor motivador para a sua manutenção.

Associada à justificação para a Política de Coesão, emerge diversas vezes a noção de **valor acrescentado europeu**, defendendo-se a concentração da Política em áreas de efectiva necessidade, onde a eficiência da intervenção comunitária seja comprovada, bem como uma melhor coordenação entre programas.

No âmbito do parâmetro **princípios orientadores da Política de Coesão** surgiu um claro consenso em relação à aplicação dos seguintes princípios chave: foco estratégico, subsidiariedade (para além do nível nacional), proporcionalidade, parceria (por exemplo, a nível da monitorização), abordagem integrada e governação multi-nível (ou seja, uma repartição equilibrada de responsabilidades entre os níveis europeu, nacional e regional no quadro dum sistema de governação multi-níveis). É também posição consensual que os princípios não deverão ser somente orientados pela eficiência.

Segundo Petr Zahradnick, o papel das instituições europeias na definição da Política de Coesão deverá consistir na motivação, informação e fornecimento de orientações estratégicas. Seria útil a elaboração de linhas de orientação que permitissem às regiões identificar mais facilmente o seu nível de produtividade e compararem-no ao de outras regiões<sup>18</sup>.

Em suma, uma abordagem estratégica à Política da Coesão irá assegurar que as regiões acções a desenvolver respondem às opções das políticas europeias e nacionais, no contexto da globalização.

Relativamente à **elegibilidade dos territórios** beneficiários, existe consenso quanto à necessidade de uma acção concentrada em primeiro lugar nas regiões mais desfavorecidas. A diferença de posições reside entre aqueles que apenas identificam essas regiões como elegíveis e por sua vez os actores que consideram que todo o território da UE deve ser elegível à recepção de fundos estruturais, argumentando que o desenvolvimento das competências jurídicas próprias das regiões mais desenvolvidas acarretará benefícios para toda a UE. Outros critérios mencionados mais esporadicamente assentam em lógicas geográficas, relacionadas com a situação periférica das regiões, e de natureza temática.

---

<sup>18</sup> Cf. Petr Zahradnick, "EU Cohesion Policy and its Future Direction", Special Analysis, (EU Office of Ceska Sporitelna, Rep. Checa, Mar. 2009), p. 3.

O PIB *per capita* é reconhecido por alguns como um critério adequado à definição da **transição das regiões entre os objectivos convergência e competitividade**. No entanto, é também expressivo o apelo ao recurso a novos indicadores que vão além de uma escala quantitativa e que permitam aferir o desenvolvimento da região de forma qualitativa.

Alguns actores referem ainda a necessidade de criar regulamentos de transição para regiões que não sejam elegíveis para o objectivo convergência e tornar essa transição mais justa, mantendo os períodos de *phasing out*.

Quanto à existência de uma **abordagem nacional vs. regional** na programação e execução da Política de Coesão, verifica-se que as posições expressas são na sua maioria originárias de representantes de regiões dentro dos EM, ou de associações de regiões, não sendo na sua maioria assumidas enquanto posições nacionais. É por isso clara a defesa de uma maior descentralização e da atribuição de um maior protagonismo aos actores regionais e locais e bem como a criação de parcerias com vista a uma governação multi-nível. As posições mais extremas defendem a identificação das regiões como principais interlocutores da Comissão, atribuindo ao Estado apenas uma função de apoio e coordenação entre regiões, quando tal represente um valor acrescentado.

No dilema **abrangência vs. focalização** é defendida uma maior selectividade das intervenções, orientadas para um conjunto de prioridades temáticas que permitam maximizar o seu efeito e evitar duplicações. Algumas propostas sugerem uma “concentração flexível”, concedendo liberdade quanto à identificação de prioridades, desde que estejam limitadas em número.

Verifica-se uma concordância generalizada quanto à concentração em medidas com impacto no crescimento e emprego, de apoio à inovação e economia do conhecimento e outras que forneçam resposta eficaz aos novos desafios da UE. Embora pouco expressiva, existe também referência à importância de não descuidar o investimento em áreas tradicionais das políticas de desenvolvimento evitando tornar a Política de Coesão numa política meramente orientada para a competitividade.

Dessa forma, no que refere à **identificação de prioridades**, para que seja alcançado o impacto máximo da Política de Coesão, importa concentrar os fundos disponíveis num número limitado de prioridades. Será fundamental seleccionar as intervenções mais significativas ao nível comunitário, que representem um maior valor acrescentado e acarretem benefícios alargados a diversos sectores.

Para tal será necessário realizar um debate sobre o futuro desenho da Política de Coesão associado à discussão sobre os objectivos e prioridades de desenvolvimento da UE, que envolva instituições comunitárias e Estados-membros.

Das prioridades identificadas pelos actores destacam-se por um lado aquelas no âmbito do desenvolvimento tecnológico, investigação e inovação, transportes e ambiente,

valorizando aspectos além dos económicos, que permitam dar resposta aos novos desafios. Para outros actores importa no entanto não abandonar o investimento nos tradicionais factores de crescimento económico sustentável e competitividade como infra-estruturas, capital humano, empreendedorismo, cooperação territorial.

A Política de Coesão deverá tornar-se um instrumento para a implementação de prioridades comunitárias pró-desenvolvimento, mantendo simultaneamente ênfase na procura de equilíbrio de desenvolvimento entre as regiões e EM, pois os seus objectivos prioritários mantêm-se relevantes, devendo no entanto rever-se o seu enfoque.

Quanto ao seu **âmbito de aplicação**, as estratégias e o processo de programação devem ser diferenciados e ter em conta as especificidades nacionais, regionais e locais, evitando-se soluções *one size fits all*.

O desafio será encontrar equilíbrio entre o apoio ao crescimento, à competitividade e coesão na UE, sendo essencial uma abordagem integrada e uma acção coordenada de todos os actores envolvidos.

Existem igualmente diversas propostas que devem ser consideradas na elaboração das estratégias e programas, como a interacção entre áreas geográficas menos favorecidas com áreas mais prósperas, a interligação das relações entre as áreas rurais e urbanas, ou a atribuição de recursos de acordo com uma lógica *place-based*, centrada em objectivos económicos e sociais.

Grande parte dos contributos concordaram com o importante papel que a Política de Coesão tem na concretização dos objectivos da **Estratégia de Lisboa e da Estratégia de Gotemburgo**.

Nesse sentido, os esforços das regiões devem focalizar-se na promoção da inovação, “economia do conhecimento” e investigação e desenvolvimento, tecnologia, bem como na educação e adaptação dos recursos humanos (Estratégia de Lisboa) e desenvolvimento sustentável (Estratégia de Gotemburgo). Em suma, apostar em áreas que reforcem a competitividade da UE a longo prazo e em consonância com o “Plano de Relançamento da Economia Europeia”<sup>19</sup>.

Há ainda que mencionar o facto de alguns contributos destacarem a importância da “dimensão urbana” na política de coesão e nas Estratégias de Lisboa e Gotemburgo, pelo valor acrescentado que assume a implementação de medidas nessa escala.

No âmbito da **relação com “novos desafios”** – crescente pressão global para reestruturar e modernizar, alterações climáticas, aumento dos preços da energia, emergência de desequilíbrios demográficos e de tensões sociais, dificuldades crescentes

---

<sup>19</sup> COMISSÃO EUROPEIA, “Cohesion Policy: Investing in Real Economy”, Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and social Committee and the Committee of Regions, [COM(2008) 876 final, (Bruxelas, 16.12.2008)].

das políticas nacionais em manterem o rápido ritmo da mudança imposto por estas tendências<sup>20</sup> – as respostas destacaram dois desafios:

- ◆ Transformações demográficas, focalizando-se sobretudo no problema do envelhecimento e das migrações intra e inter-UE;
- ◆ Alterações Climáticas, sublinhando a importância do investimento em tecnologias das renováveis, as quais contribuirão para a mitigação através duma complementaridade e duma coordenação de esforços, tendo presente que pela sua dimensão a resposta a este desafio não poderá estar em exclusivo a cargo da Política de Coesão.

Estes dois desafios implicam uma abordagem global e coerente, dado terem impactos diferentes a nível regional e daí a importância de não esquecer as especificidades de cada região.

Ainda no mesmo parâmetro, quanto à **resposta ao actual contexto económico global**, os contributos estão em consonância com *o Sexto Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social*<sup>21</sup>, apontando para a importância da criatividade (promoção do talento local, atracção de talento e de visitantes, tolerância) e da inovação (quer a nível das novas empresas, quer a nível das existentes).

Há que referir que a Áustria e a Alemanha chamam a atenção para a importância de se continuar a apostar em sectores de baixa e média tecnologia.

Em relação à **coordenação com outras políticas sectoriais**, a maioria dos contributos sublinha a necessidade de melhorar a coordenação e complementariedade com outras políticas da UE (por exemplo, política de transportes, política energética, política agrícola comum, política de concorrência), de forma a melhorar a eficácia no cumprimento dos objectivos comunitários e a criar sinergias. Cabe ainda destacar a importância de ter em consideração as características específicas de cada região.

A interacção da Política de Coesão com outras políticas contribuirá para o crescimento e criação de empregos.

Com efeito,

*"o Quinto Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social Regiões em Crescimento, Europa em Crescimento destacou o importante papel desempenhado por alguns sectores e pela reestruturação económica no desenvolvimento regional. A recessão actual, embora venha acelerar essa reestruturação, terá severos efeitos em alguns sectores, em particular o*

---

<sup>20</sup> Cf. COMISSÃO EUROPEIA, *Quarto Relatório sobre a Coesão Económica e Social – Regiões em Crescimento, Europa em Crescimento*, (Comunicação da Comissão Bruxelas, Maio de 2007), pp. xvii-xix.

<sup>21</sup> Embora não devamos esquecer que os contributos são anteriores à data de publicação deste relatório.

financeiro, o da construção e o automóvel, que enfrentarão perdas de emprego significativas<sup>22</sup>.

Enquanto complemento a outras políticas comunitárias, nacionais e regionais, poderá desempenhar um papel na resposta aos novos desafios com que a UE se depara e no aproveitamento das oportunidades com vista ao fortalecimento da coesão territorial.

No futuro Tratado da UE, o aspecto territorial irá tornar-se no elemento mais importante da PC, seguindo a linha de que a dimensão territorial da Política da Coesão deverá ser reforçada. Com efeito, se o Tratado de Lisboa entrar em vigor, o seu artigo 3.º consagra explicitamente a **Coesão Territorial** como um objectivo da Política de Coesão no futuro. Além disso, a actual crise, graças aos seus impactos territoriais assimétricos, veio aumentar a importância da coesão territorial e dar ao conceito um maior peso no debate.

Neste contexto, o aprofundamento do Mercado Interno é uma pré-condição para uma total cooperação entre as regiões dentro da UE.

As respostas destacaram que as regiões deverão definir as suas forças e desenvolver estratégias segundo as suas próprias necessidades. As intervenções no âmbito da cooperação territorial deverão apoiar as estratégias de desenvolvimento regional geridas no âmbito de outros objectivos da Política de Coesão e de outras políticas europeias para que se estabeleçam redes e partilhas de conhecimentos e experiências, por exemplo nos domínios da eco-inovação, eficiência energética e renováveis. Todavia, é apontada a necessidade de simplificação no domínio da cooperação territorial.

Vários contributos defendem o reforço da cooperação territorial, para permitir às regiões partilhar as boas práticas, contribuindo para a competitividade das regiões. Assim, ao se favorecer a cooperação transeuropeia, facilitar-se-á a sua conexão, integração territorial e a sua competitividade.

Alguns dos contributos apontam o potencial e o aprofundamento das iniciativas no âmbito da colaboração entre a cooperação territorial e a Política de Vizinhança.

Em suma, a cooperação territorial europeia fornece um valor acrescentado à Europa.

Num mundo global a **cooperação transfronteiriça** é, sem dúvida, um elemento fundamental e criador de sinergias, defendendo-se a sua continuidade como prioridade estratégica. Daí a sua importância no seio da Política de Coesão permitindo a identificação e promoção de áreas de boas práticas no âmbito do desenvolvimento de estratégias, contribuindo para uma redução de fronteiras e, ao mesmo tempo, no reforço do Mercado Único.

---

<sup>22</sup> COMISSÃO EUROPEIA, *Sexto Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social*, Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, [COM(2009) 295 final/{SEC(2009) 828 final}], (Bruxelas, 25.6.2009), p. 3.

Através da cooperação transfronteiriça algumas regiões têm possibilidade de aceder a apoios que de outra forma não poderiam usufruir. Alguns actores propõem que às regiões seja permitido seleccionarem os seus parceiros para cooperação, de acordo com critérios económicos ou temáticos e não meramente geográficos.

Passando ao parâmetro seguinte,

“Os **Fundos Estruturais e o Fundo de Coesão** são os instrumentos financeiros da política regional da UE, que têm por objectivo reduzir as diferenças de desenvolvimento entre as regiões e os Estados-membros, participando, assim, plenamente, no objectivo de coesão económica, social e territorial”<sup>23</sup>.

No âmbito da **relação da Política de Coesão com os fundos**, para o período pós-2013, a maioria dos contributos sublinha a importância de uma melhor coordenação entre os diversos Fundos Comunitários em termos de objectivos a realizar (quer a nível nacional, quer da UE) e as ferramentas de acompanhamento de forma a criar sinergias.

Alguns países apontam as vantagens de uma concentração e/ou integração dos Fundos. De referir a posição da Alemanha que rejeita o Fundo de Ajustamento à Globalização<sup>24</sup> na sua actual forma independente, defendendo a sua integração no FSE. O Reino Unido contesta qualquer tentativa de “renacionalização” dos Fundos.

Outra ideia chave dos contributos é o alinhamento entre os alvos dos Fundos Estruturais e os objectivos quer da Estratégia de Lisboa, quer de Gotemburgo.

Finalmente, no que refere às questões de natureza processual mais relevantes para o futuro da Política de Coesão estas dizem respeito à necessidade de **simplificação, monitorização e avaliação**. É unânime a necessidade de simplificação dos procedimentos e a redução da burocracia enquanto condição essencial à efectiva implementação da Política de Coesão e para a melhoria dos seus resultados, tornando-a mais *user friendly*.

Será também importante permitir a flexibilidade necessária aos Estados-membros para que possam gerir as diferentes necessidades das regiões e criar sinergias com outras políticas regionais.

---

<sup>23</sup> EUROPA, “Fundos Estruturais e Fundo de Coesão”, in Glossário Europa, consultado a 22/07/09, on-line], Disponível em [http://europa.eu/scadplus/glossary/structural\\_cohesion\\_fund\\_pt.htm](http://europa.eu/scadplus/glossary/structural_cohesion_fund_pt.htm).

<sup>24</sup> O **Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG)** visa apoiar os trabalhadores, principalmente nas regiões e nos sectores desfavorecidos pela abertura à economia globalizada. É constituído por uma dotação anual máxima de €500 milhões, destinada à reintegração profissional de 35 000 a 50 000 trabalhadores. (In EUROPA, “Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização”, in Sínteses da Legislação da UE, consultado a 22/07/09, on-line], Disponível em [http://europa.eu/legislation\\_summaries/employment\\_and\\_social\\_policy/social\\_agenda/c10155\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/employment_and_social_policy/social_agenda/c10155_pt.htm).

Procurando a promoção de uma cultura de monitorização e avaliação mais forte, defende-se uma evolução de um controle assente em auditorias, para uma avaliação que privilegie o impacto da política e que seja orientada para a verificação de resultados em relação aos objectivos definidos inicialmente para a intervenção, sendo para tal necessário desenvolver instrumentos eficazes de avaliação.

O papel das autoridades nacionais e regionais e o seu envolvimento nestas questões deve ser reforçado e repensada a relação com a Comissão Europeia, para que também participem na preparação das políticas e iniciativas comunitárias.

Em síntese, podemos dizer que existem claros elementos de continuidade no que respeita à Política de Coesão (por exemplo a nível da justificação da sua importância, dos princípios orientadores, da sua relação com a Estratégia de Lisboa e a Estratégia de Gotemburgo). Não obstante, verificamos que parece estar, simultaneamente, em curso uma mudança substancial de orientação – quer por via do conceito da coesão territorial, adicionado à coesão económica e social; quer pelos novos desafios – especialmente envelhecimento e alterações climáticas. Neste âmbito, a Política de Coesão tenderá a ser aplicável não só às regiões mais desfavorecidas em termos de indicadores tradicionais (PIB *per capita*), mas a todos aqueles que experimentam maiores dificuldades, quer face à globalização, quer aos novos desafios, o que significa a alteração da visão tradicional da coesão centrada nos desníveis do desenvolvimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Actualmente a UE é constituída por 27 países, 5 000 cidades e quase 1 000 grandes metrópoles que constituem outros tantos centros de actividade económica, social e cultural. É constituída por 494 070 000 habitantes, com uma densidade populacional de 114 hab./km<sup>2</sup> repartida de forma desigual pelos 4 324 782 km<sup>2</sup> desta ampla área. Perante o padrão de aglomeração europeu, à medida que a Comunidade Europeia se foi alargando, também as assimetrias de desenvolvimento regional se foram agudizando.

A Política de Coesão tem estado sempre presente, quer de forma implícita, quer explícita, ao longo da construção, integração e aprofundamento da Comunidade Europeia. A partir de 1986, com o AUE, a Política de Coesão Económica e Social tornou-se numa nova competência da Comunidade com objectivos e meios estipulados. Em 1992, o Tratado de Maastricht, não só confirmou esta política como previu a criação do Fundo de Coesão. Face aos dois últimos alargamentos da UE foram explicitados três objectivos no âmbito da Política de Coesão: convergência, competitividade e cooperação.

Desde 2007, com a apresentação do Quarto Relatório da Coesão, tem estado em curso o debate sobre o futuro da Política de Coesão para o período pós-2013. E se é um facto que já podemos observar algumas posições dos actores participantes nestas discussões, descortinando consensos em relação a algumas temáticas e divergências em relação a outras, também é verdade que ainda poderão vir a surgir elementos/ factores/ eventos que poderão conduzir a algumas alterações nas posições dos Estados-membros, quando a negociação formal tiver início em sede do Conselho Europeu, enquadrada na negociação sobre as perspectivas financeiras pós-2013.

Tendo em conta os contributos dados por vários Estados-membros (Governos nacionais, regionais e locais e organismos públicos), pelas Instituições Europeias, Associações de interesses territoriais<sup>25</sup> e Associações Regionais, Think Tanks e Peritos, é possível tirarmos algumas conclusões sobre determinados interesses actuais dos países nestas negociações. Nesse sentido, optámos por analisar as posições através de agrupamentos de países:

- ◆ Grandes Contribuintes da UE e Grupo Circus Cambridge<sup>25</sup> – Alemanha, Áustria, França, Holanda, Reino Unido e Suécia; Dinamarca e Finlândia.
- ◆ Grupo “Amigos da Coesão” – Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda, Bélgica, Finlândia, Itália e os 10 novos Estados-membros. No âmbito deste grupo fizemos a seguinte subdivisão:
  - Beneficiários iniciais do Fundo de Coesão – Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda;

---

<sup>25</sup> Durante as negociações sobre a Reforma do Orçamento da UE os países foram-se organizando em grupos. Um desses grupos foi o Grupo *Cambridge Circus*, constituído pelos grandes contribuintes e pela Dinamarca e Finlândia. (Cf. Comissão Europeia, “Negotiations in the EU Council of Ministers: The Debate over 2007-2013 Cohesion Policy Framework”, Note to the File, BEPA/AU D(2009) 255, Bruxelas, 24.03.2009).

- Novos Beneficiários – 12 novos Estados membros (alargamentos da UE 2004/07);

Tomando como base os 13 parâmetros de análise e vários contributos – devidamente preenchido (*vide* anexo I), elaboramos um diagnóstico qualitativo que apresentamos de seguida.

Em relação às questões que revelam **interesses comuns dos Grandes Contribuintes da UE e do Grupo Circus Cambridge**:

- ◆ Apoio formal de princípio à Política de Coesão, encarado agora como coesão económica, social e **territorial**;
- ◆ Alargamento dos destinatários da Política de Coesão às regiões menos favorecidas dos principais contribuintes procurando, por um lado, cobrir com esta política os territórios específicos de cada um; e, por outro, obrigando a uma reforma dos indicadores que determinam as elegibilidades dos territórios (ou seja, recorrer a outros critérios de elegibilidade para além do PIB per capita), indo ao encontro do artigo reformulado pelo Tratado de Lisboa (art.º 174º);
- ◆ Defesa da aplicação dos princípios de Subsidiariedade, Proporcionalidade e Parceria como grandes princípios Orientadores desta política;
- ◆ Interligação entre a Política de Coesão e as Estratégias de Lisboa e Gotemburgo no direccionamento das ajudas atribuídas;
- ◆ No âmbito da relação com “Novos Desafios”, verifica-se uma preocupação em particular em torno de dois – demografia e alterações climáticas;
- ◆ Prioridade/ “recentragem” à “Estratégia Urbana” (posição particularmente defendida pela Alemanha e pela França);
- ◆ Apoio à simplificação de processos.

Neste Grupo surgem divergências em relação às seguintes temáticas:

- ◆ A Reforma dos Fundos Estruturais no quadro da Reforma Global do Orçamento da UE é bastante defendida pelo Reino Unido;
- ◆ Divergência de grau nas prioridades de aplicação da Política de Coesão
  - Orientação para a competitividade – Posição defendida pela França;
  - Orientação para a componente social (incluindo migrantes) – Posição defendida pelo Reino Unido;

- Direcção para assegurar uma participação efectiva de todos os Estados-membros nas políticas europeias – Posição defendida pela Alemanha;
- ◆ Condicionamento dos Fundos à obtenção de resultados – Posição defendida pela Áustria.

No que refere aos **interesses comuns dos elementos que compõem o Grupo “Amigos da Coesão” e os respectivos subgrupos, identificam-se os seguintes temas:**

- ◆ Justificação da Política de Coesão:
  - Para os novos beneficiários, fundamentada nas consequências resultantes do alargamento ao nível do aumento das disparidades no espaço comunitário e necessidade de dar cumprimento ao princípio da solidariedade;
  - Comum aos restantes Estados, a referência ao contributo que a Política representa para o aumento dos níveis de competitividade e níveis de desenvolvimento europeus e os benefícios partilhados por toda a União.
- ◆ Apoio à manutenção dos principais princípios orientadores da Política de Coesão.
- ◆ Contributos das regiões dos diversos países consensuais no apelo a uma abordagem descentralizada e à concessão de maior autonomia e flexibilidade às regiões, para a definição das suas próprias estratégias e valorização dos níveis administrativos regionais e locais.
- ◆ Apoio a uma abordagem focalizada, centrada num número limitado de prioridades.
- ◆ Apoio à coordenação com outras políticas sectoriais, através da construção de abordagens integradas e da criação de sinergias, salientando o carácter complementar da Política de Coesão, bem como no que diz respeito aos fundos.
- ◆ Forte apoio à contemplação da dimensão territorial da coesão e ao reforço dos instrumentos de cooperação transfronteiriça.
- ◆ Consenso quanto à necessidade de simplificação de procedimentos e de uma avaliação assente na verificação de resultados.

É ainda possível identificar as seguintes **divergências:**

- ◆ Relativamente à elegibilidade de territórios, verifica-se uma óbvia distinção entre os Estados-membros mais recentes, que defendem a concentração nas regiões mais desfavorecidas, e os que embora reconheçam a prioridade que importa atribuir a essas regiões, deixam em aberto a possibilidade de outras regiões serem igualmente elegíveis, mediante a existência de critérios que assim o justifiquem.

- ◆ Critérios utilizados, existindo uma maioria de posições que apela à utilização adicional de critérios de natureza qualitativa para a definição das regiões e Estados-membros elegíveis, considerando, no entanto, a República Checa e a Lituânia o indicador PIB como o mais adequado.
- ◆ Definição de prioridades, Bulgária e Letónia defendem concentração exclusiva nas temáticas tradicionais da Política de Coesão, enquanto posições de outros Estados-membros oscilam no grau de apoio, mas admitem um equilíbrio entre os objectivos tradicionais e acções destinadas ao aumento da competitividade das regiões e à resposta aos novos desafios.
- ◆ Quanto à sua relação com as Estratégias de Lisboa e Gotemburgo, enquanto a maioria das posições assumidas é favorável a uma orientação nesse sentido, República Checa e Letónia manifestam algumas reservas quanto à convergência de intervenções.

## BIBLIOGRAFIA

BLAZEK, Jiri, Evolution or Revolution? Some Dilemmas for Future Cohesion Policy After 2013, Charles University, Março 2009.

CAMAGNI, Roberto, "TEQUILA: a Methodological Proposal for Territorial Impact Assessment of Community Policies", EU Seminar on Territorial Impact Ministry of Housing, Spatial Planning and the Environment, Amsterdam, 05 de Mar. 2009.

COMISSÃO EUROPEIA, "Cohesion Policy: Investing in Real Economy", Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and social Committee and the Committee of Regions, [COM(2008) 876 final, Bruxelas, 16.12.2008.

COMISSÃO EUROPEIA, Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia – Tirar Partido da Diversidade Territorial, Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité das Regiões e ao Comité Económico e Social Europeu, COM(2008) 616 final, {SEC(2008) 2550}, Bruxelas, 6.10.2008

COMISSÃO EUROPEIA, "Negotiations in the EU Council of Ministers: The Debate over 2007-2013 Cohesion Policy Framework", Note to the File, BEPA/AU D(2009) 255, Bruxelas, 24.03.2009.

COMISSÃO EUROPEIA, Quarto Relatório sobre a Coesão Económica e Social – Regiões em Crescimento, Europa em Crescimento, Comunicação da Comissão Bruxelas, Maio de 2007.

COMISSÃO EUROPEIA, Quinto Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social – Regiões em Crescimento, Europa em Crescimento, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, [COM(2008) 371 final], Bruxelas, 18.6.2008.

COMISSÃO EUROPEIA, Sexto Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social, Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, [COM(2009) 295 final/{SEC(2009) 828 final}], Bruxelas, 25.6.2009.

COMISSÃO EUROPEIA, Green Paper on Territorial Cohesion – Turning Territorial Diversity into Strength, Commission Staff Working Document, SEC(2008), {COM (2008)}, Brussels, 2008.

COMISSÃO EUROPEIA – DG REGIO, Ao Serviço das Regiões – A Política Regional da UE para 2007-2013, Bruxelas, Jan. 2008.

COMISSÃO EUROPEIA – DG REGIO, Livro Verde sobre a Coesão Territorial: Perspectivas Futuras, Bruxelas, Inforegio, n.º28, Bruxelas, Dez. 2008.

CORREIA, FRANCISCO NUNES, "Intervenção do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional", Reunião Informal de Ministros do

Ordenamento do Território e Política de Coesão da Presidência Checa – Sessão sobre o Futuro da Política de Coesão, Marianske Lazne, 23 de Abril de 2009.

EUROPEAN UNION, Results of the Negotiations of Cohesion Policy Strategies and Programmes 2007-2013, 27 Factsheets, One per Member State, Brussels, Nov. 2008.

NOVOTNY, Gábor, “Territorial Cohesion: The Messages from the Debate”, DG Regio, Unit C2 (Urban Development, Territorial Cohesion), Bruxelas, 30/06/09.

PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, “Conclusions of the Portuguese Presidency”, Reunião Informal de Ministros do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional – Sessão sobre Desenvolvimento Regional, Ponta Delgada, 24 de Novembro de 2007.

REGIONAL STUDIES ASSOCIATION, *Understanding and Shaping Regions: Spatial, Social and Economic Futures*, Annual International Conference 2009, Leuven, 6-8 Abril de 2009.

Versões consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, JOCE n.º C 115 de 09 de Maio de 2008.

ZAHRADNICK, Petr, “EU Cohesion Policy and its Future Direction”, Special Analysis, EU office of Ceska Sporitelna, Rep. Checa, Mar. 2009.

## **FONTES COMPUTURIZADAS**

ABERDEENSHIRE COUNCIL, “Growing Regions, growing Europe: Public Consultation on the future of EU Cohesion Policy Response from Aberdeenshire Council – UK”, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy – Inforegio – 24/01/08, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/aberdeenshire\\_response.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/aberdeenshire_response.pdf)

ASSEMBLY OF EUROPEAN REGIONS, “EU Cohesion policy post-2013 – AER position”, Jun. 2008, [on-line], Disponível em [http://www.aer.eu/fileadmin/user\\_upload/MainIssues/CohesionRegionalPolicy/2008/EN-Position-Cohesion-DEF.pdf](http://www.aer.eu/fileadmin/user_upload/MainIssues/CohesionRegionalPolicy/2008/EN-Position-Cohesion-DEF.pdf)

ASSOCIATION DES MAIRES DE GRANDES VILLES DE FRANCE ET ASSOCIATION DES COMMUNAUTÉS URBAINES DE FRANCE, “Quatrième Rapport sur la Cohésion Économique et Sociale, Des Régions en Pleine Croissance, une Europe en Pleine Croissance”, Consultation sur l’Avenir de la Politique de Cohésion de l’EU, Regional Policy – Inforegio, Jan. 2007, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/amgvf\\_acuf.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/amgvf_acuf.pdf)

ASSOCIATION DES RÉGIONS DE FRANCE, “Avis de l’ARF Sur l’Avenir de la Politique de Cohésion”, Consultation sur l’Avenir de la Politique de Cohésion de l’EU, Regional Policy – Inforegio, 30/01/07, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/avis\\_arf.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/avis_arf.pdf)

ASSOCIATION EUROPÉENNE DES ELUS DE MONTAGNE, Consultation sur l’Avenir de la Politique de Cohésion de l’EU, Regional Policy – Inforegio, 30/01/07, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/aem.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/aem.pdf)

ASSOCIATION FRANÇAISE DU CONSEIL DES COMMUNES ET RÉGIONS D’EUROPE, “Eléments pour une Politique Intégrée de Développement dès Territoires en Europe”, Consultation sur l’Avenir de la Politique de Cohésion de l’EU, Regional Policy – Inforegio, Jan. 07, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/assoc\\_fr.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/assoc_fr.pdf)

ASSOCIATION OF PROVINCES OF THE NETHERLANDS, “Future of European Cohesion Policy Beyond 2013: Regions and Municipalities Working Together on a Strong and Sustainable Europe”, Position paper of the IPO and VNG, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy – Inforegio,– Jan. 08, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/nlen.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/nlen.pdf)

AUSTRIAN FEDERAL ECONOMIC CHAMBER, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy – Inforegio, 31/01/08, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/wko.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/wko.pdf)

AUTORITÉ FLAMENDE, “Consultation sur l’avenir de la politique régionale européenne – Contribution de l’autorité flamande”, Consultation sur l’Avenir de la Politique de Cohésion de l’EU, Regional Policy – Inforegio, 30/01/07, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/vlfr.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/vlfr.pdf)

BARCA Fabrizio, An Agenda for a Reformed Cohesion Policy – A place-based approach to meeting European Union challenges and expectations, Abril de 2009 [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/policy/future/barca\\_en.htm](http://ec.europa.eu/regional_policy/policy/future/barca_en.htm)

BARNSLEY METROPOLITAN BOROUGH COUNCIL, “European Commission Public Consultation: Reform of Cohesion Policy – A Response from Barnsley Metropolitan Borough Council (UK)”, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy – Inforegio, 27/09/07 – 31/01/08, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/barnsley\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/barnsley_en.pdf)

BORDER, MIDLAND AND WESTERN REGIONAL ASSEMBLY AND SOUTHERN AND EASTERN REGIONAL ASSEMBLY, "Submission on the Future of EU Cohesion Policy", Nov. 2008, [on-line], Disponível em <http://www.bmwassembly.ie/news/publications/Future%20of%20EU%20Cohesion%20Policy.pdf>

COMISSÃO EUROPEIA, "Reflection Paper on Future Cohesion Policy", Informal Ministerial Meeting of Ministers for Regional policy, Marianske Lazne, 22-24 de Abril de 2009, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/commission\\_barroso/hubner/document/reflection-paper-on-future-cohesion-policy.pdf](http://ec.europa.eu/commission_barroso/hubner/document/reflection-paper-on-future-cohesion-policy.pdf)

COMISSÃO EUROPEIA, *Regions 2020- An Assesment of Future Challenges for EU Regions*, Bruxelas, Novembro 2008 [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docoffic/working/regions2020/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/working/regions2020/index_en.htm)

CZECH PRESIDENCY OF THE COUNCIL OF THE EU, *Communiqué of Ministers for Regional Policy*, Marianske Lazne, 23 de Abril de 2009, [on-line], Disponível em <http://www.mmr.cz/CMSPages/GetFile.aspx?guid=106244f6-e52e-4ef5-9484-63f811a61f56>

CZECH REPUBLIC, "Position of the Czech Republic on the Future of the EU Cohesion Policy after 2013", Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/cz\\_nat\\_cont\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/cz_nat_cont_en.pdf)

CONSEIL DES ENTREPRISES, EMPLOYEURS ET GROUPEMENTS DE L'ÉCONOMIE SOCIALE, "Réponse à la Consultation de la Commission Européenne Relative a la Cohésion Économique et Sociale", Consultation sur l'Avenir de la Politique de Cohésion de l'EU, Regional Policy – Inforegio, 30/01/08, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/group\\_socio\\_ecco.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/group_socio_ecco.pdf)

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, *Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Bruxelas de 15-16 de Dezembro de 2005*, [15914/1/05 REV 1], Bruxelas, 30 de Janeiro de 2006, [on-line], Disponível em [http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/87655.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/87655.pdf)

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, *Perspectivas Financeiras 2007-2013*, [15915/05], Bruxelas, 19 de Dezembro de 2005, [on-line], Disponível em <http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/05/st15/st15915.pt05.pdf>

COSLA, "COSLA Response to the Consultation on the Future of EU Cohesion", Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy – Inforegio, 27/09/07 – 31/01/08, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/cosla.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/cosla.pdf)

DANISH REGIONS, "The Future of EU Cohesion Policy", Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy – Inforegio,– 31/01/08, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/danish\\_contribution.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/danish_contribution.pdf).

DEUTSCH GOVERNMENT, "Joint Statement by the Federal Government and Länder on the Fourth Report of the European Commission on Economic and Social Cohesion", Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy – Inforegio, 27/09/07 – 31/01/08, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/ge-meinsame\\_stellungnahme\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/ge-meinsame_stellungnahme_en.pdf).

DIRECCIÓN GENERAL DE FONDOS COMUNITARIOS (Espanha)," Public Consultation Regarding the Forth Cohesion Report – Cohesion Policy Prospects", Fev. 2008, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/posicion\\_espanola\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/posicion_espanola_en.pdf)

DIRECCIÓN GENERAL DE PLANIFICACIÓN ECONÓMICA Y FONDOS COMUNITARIOS – GALICIA, "Crecimiento de las regiones, desarrollo de Europa: preguntas de la consulta", Jan. 2008, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/consulta\\_galicia.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/consulta_galicia.pdf)

EAST FINLAND, "Growing Regions, Growing Europe East Finland's Contribution to the Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy", Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy – Inforegio,– 31/01/08, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/efinland\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/efinland_en.pdf)

EAST MIDLANDS DEVELOPMENT AGENCY, "Growing Regions, Growing Europe Fourth Report on Economic and Social Cohesion – A Joint Response from England's RDAs", Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy – Inforegio, Jan. 2008, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/england\\_rda.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/england_rda.pdf)

EAST OF SCOTLAND EUROPEAN CONSORTIUM, "Growing Regions, Growing Europe Consultation Response", Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy – Inforegio, 27/09/07 – 31/01/08, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/escotland\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/escotland_en.pdf)

EUROCITIES, “Eurocities response to the Forth Cohesion Report – Eurocities first contribution to the future of Cohesion Policy debate”, Jan. 2008, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/eurocities\\_012008.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/eurocities_012008.pdf)

EUROPA, *Glossário Europa*, consultado a 22/07/09, [on-line], Disponível em [http://europa.eu/scadplus/glossary/index\\_pt.htm](http://europa.eu/scadplus/glossary/index_pt.htm)

EUROPAFORUM NORTHERN SWEDEN, “The view of Europaforum Northern Sweden concerning the future of EU cohesion policy”, Northern Sweden, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy – Inforegio, – 31/01/08, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/europaforum\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/europaforum_en.pdf)

EUROPEAN STRATEGY GROUP – NORTH EAST ENGLAND, “Response to the EU’s Fourth Cohesion Report and Consultation on the Review of the EU Budget”, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy – Inforegio, 25/01/08, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/northeast\\_england\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/northeast_england_en.pdf)

FINLAND’S GOVERNMENT, “Views of the Finnish Government on the future of the Cohesion Policy; Response to the Commission’s Public Consultation on the Fourth Cohesion Report”, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy – Inforegio, 27/09/07 – 22/02/08, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/finland.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/finland.pdf)

GENERAL ASSEMBLY OF THE UNION OF THE VOIVODESHIPS OF THE REPUBLIC OF POLAND, “Public Consultation on the future of EU Cohesion Policy after 2013”, Jan. 2008, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/stanowisko.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/stanowisko.pdf)

GENERALITAT DE CATALUNYA, “Crecimiento de las regiones, desarrollo de Europa: consulta pública sobre el futuro de la política de cohesión de la Unión Europea”, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/catalunya\\_es.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/catalunya_es.pdf)

GOBIERNO VASCO, “Contribución de Euskadi a la consulta pública sobre el futuro de la política de cohesión de la Unión Europea”, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/basque\\_county.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/basque_county.pdf)

GOUVERNEMENT DE LA BÉLGIQUE, "Contribution de la Belgique", Consultation sur l'Avenir de la Politique de Cohésion de l'EU, Regional Policy – Inforegio, 27/09/07 – 31/01/08, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/be\\_nl.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/be_nl.pdf)

GOUVERNEMENT DE LA FRANCE, "Réponses d'Es Autorités Françaises au Questionnaire, Établi par Commission Suite à la Communication du Quatrième Rapport sur la Cohésion Économique et Sociale", Consultation sur l'Avenir de la Politique de Cohésion de l'EU, Regional Policy – Inforegio, 27/09/07 – 31/01/08, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/rep\\_fr.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/rep_fr.pdf)

LANCASHIRE COUNTY COUNCIL, "Growing Regions, Growing Europe: Fourth Report on Economic and Social Cohesion Lancashire County Council Response", Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy – Inforegio, 27/09/07 – 31/01/08, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/lan\\_cashire\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/lan_cashire_en.pdf)

LGA, "Local Government Association Position – Future of EU Cohesion Policy", Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy – Inforegio, 27/09/07 – 31/01/08, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/lga\\_position.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/lga_position.pdf)

MAISON EUROPÉENNE DES POUVOIRS LOCAUX FRANÇAIS, "Contribution de la Maison Européenne des Pouvoirs Locaux Français à la Consultation sur la Politique de Cohésion Économique et Sociale", Consultation sur l'Avenir de la Politique de Cohésion de l'EU, Regional Policy – Inforegio, 30/01/07, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/pouvoirslocaux\\_fr.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/pouvoirslocaux_fr.pdf)

MINISTER FOR CONSTRUCTION AND REGIONAL DEVELOPMENT OF THE SLOVAK REPUBLIC, Jan. 2008, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/sk\\_letter.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/sk_letter.pdf)

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, "Contributo do Governo Português para a Consulta Pública sobre o Futuro da Política de Coesão da União Europeia, Jan. 2008, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/pt\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/pt_pt.pdf)

MINISTRY OF ECONOMIC DEVELOPMENT OF ITALY, "Position paper on Cohesion Policy", Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/italia\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/italia_en.pdf)

MINISTRY OF ECONOMY AND FINANCE OF ROMANIA, "Preliminary opinion on the future of the EU Cohesion Policy", Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/ro\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/ro_en.pdf)

MINISTRY OF FINANCE OF ESTONIA, "The Future of the Cohesion Policy", Mar. 2008, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/mifin\\_estonia.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/mifin_estonia.pdf)

GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF POLAND, "Position of the Government of the Republic of Poland on the future of the European Union Cohesion Policy Post-2013", Jan. 2008, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/pl\\_rep.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/pl_rep.pdf)

MINISTRY OF FINANCE OF THE REPUBLIC OF LATVIA, "Initial opinion of Latvia about the future of the EU Cohesion Policy as an answer to the questions listed in the Fourth Report on Economic and Social Cohesion during the public consultation organised by the Regional Policy DG", Jan. 2008, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/lv\\_rep.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/lv_rep.pdf)

MINISTRY OF FINANCE OF THE REPUBLIC OF LITHUANIA, "Lithuania's Reflections on the Future of the Cohesion Policy", Fev. 2008, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/lt.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/lt.pdf)

OFFICE OF THE PRIME MINISTER OF MALTA, "Malta's Replies to the Consultation Questions regarding the Future Cohesion Policy", Mar. 2008, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/malta.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/malta.pdf)

PRÉSIDENCE FRANÇAISE UNION EUROPÉENNE, "Summary of Debates", Marseille Informal Ministerial Meeting, 26 de Novembro de 2008, [on-line], Disponível em <http://www.eu-territorial-agenda.eu/PresidencyConclusions/Summary%20Debates/081217%20Marseille%20-%20Summary%20of%20debates.pdf>

PRESOV REGION, SLOVAKIA, "Opinion on the future of EU Cohesion Policy", Jan. 2008, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/presovregion\\_sk.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/presovregion_sk.pdf)

REGIONAL COUNCIL OF PÄIJÄT-HÄME/SOUTH FINLAND – EU OFFICE, "10 Steps to 2013 +", Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy – Inforegio, – 2007, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/10steps\\_to\\_2013.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/10steps_to_2013.pdf)

REGION OF SOUTH BOHEMIA – PERMANENT OFFICE IN BRUSSELS, "Contribution by the Region of South Bohemia to public consultations on Growing Regions, growing Europe", Jan. 2008, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/pubcon\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/pubcon_en.pdf)

REPUBLIC OF BULGARIA, "Position on the Future of Cohesion Policy", Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/bulgaria.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/bulgaria.pdf)

RURALITÉ-ENVIRONNEMENT-DÉVELOPPEMENT, "Contribution de R.E.D. dans le cadre de la Consultation sur l'Avenir de la Politique de Cohésion", Consultation sur l'Avenir de la Politique de Cohésion de l'EU, Regional Policy – Inforegio, 2008, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/red\\_fr.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/red_fr.pdf)

SÓCRATES, José, "Intervenção do Primeiro Ministro de Portugal e Presidente do Conselho Europeu", IV Fórum da Coesão, Bruxelas, 28 de Setembro de 2009, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/presentation\\_socrates\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/presentation_socrates_pt.pdf)

SOUTH WEST OF ENGLAND, "Letter – South West England's Reply to the Public Consultation on the European Commission's Fourth Cohesion Report", Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy – Inforegio, 08/02/08, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/swerep\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/swerep_en.pdf)

SOUTH WEST OF ENGLAND, "South West England's Reply to the Public Consultation on the European Commission's Fourth Cohesion Report", Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy – Inforegio, Jan. 08, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/swerep\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/swerep_en.pdf)

SWEDISH ASSOCIATION OF LOCAL AUTHORITIES AND REGIONS, “A policy for sustainable regional growth and reduced gaps (The EU Commission’s public consultation on future EU cohesion policy)”, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy – Inforegio, – 13/12/2007, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/swedish\\_assoc\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/swedish_assoc_en.pdf)

SWEDISH GOVERNMENT, Work Programme for the Swedish Presidency of the EU – 1 July – 31 December 2009, [on-line], Disponível em [http://www.se2009.eu/polopoly\\_fs/1.6255!menu/standard/file/Arbetsprogram%20f%C3%B6r%20det%20svenska%20ordf%C3%B6randskapet%20i%20EU%201%20juli-31%20dec%202009.pdf](http://www.se2009.eu/polopoly_fs/1.6255!menu/standard/file/Arbetsprogram%20f%C3%B6r%20det%20svenska%20ordf%C3%B6randskapet%20i%20EU%201%20juli-31%20dec%202009.pdf)

UK GOVERNMENT, “Commission’s Consultation on the future of Cohesion Policy UK Government Response” Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy – Inforegio, 27/09/07 – 31/01/08, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/uk\\_rep.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/uk_rep.pdf)

UK HIGHER EDUCATION SECTOR, “UK Higher Education Sector Response to the European Commission public consultation on the future of the EU cohesion policy”, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy – Inforegio, 31/01/08, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/uk\\_he\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/uk_he_en.pdf)

UNION OF POLISH METROPOLISES, “Position on the Future of the EU Cohesion Policy After 2013”, Dez. 2007, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/ump.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/ump.pdf)

WEST MIDLAND’S REGIONAL ASSEMBLY, “The West Midlands’ response to the Fourth Cohesion Report on Economic and Social Cohesion”, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy – Inforegio, Jan. 2008, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/wmidland\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/wmidland_en.pdf)

YORKSHIRE, “4th Cohesion Report Questions Yorkshire Forward’s Response”, Public Consultation on the Future of EU Cohesion Policy, Regional Policy – Inforegio, 27/09/07 – 31/01/08, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/yorkshire.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/doc/contributions/yorkshire.pdf)



**ANEXO**

**PARÂMETROS DE NEGOCIAÇÃO E POSIÇÕES DOS ACTORES  
ENVOLVIDOS NA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DE COESÃO  
PÓS-2013**



## Parâmetros de Negociação e Posições dos Actores Envolvidos na Definição da Política de Coesão Pós-2013

Estados-Membros	Alemanha	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	A PC contribui activamente para a redução das disparidades socioeconómicas e aumenta a igualdade de oportunidades em todos os países e regiões europeias. Em termos de “valor acrescentado europeu” implica que as tarefas e as despesas devem ser concentradas nas áreas em que a acção da Comunidade é necessária. Deve ser criada e aceite a definição de “valor acrescentado europeu” entre os Estados membros e as Instituições europeias. Uma definição demasiado ampla pode reduzir a atribuição de responsabilidades entre a UE, os Estados membros e as regiões e colocar demasiadas restrições à liberdade política dos Estados membros.
		Princípios Orientadores da PC	A PC deve estar estreitamente ligada com as regras da UE na ajuda estatal. Assim, a reforma da PC europeia deve envolver a revisão da legislação da ajuda estatal. Soluções feitas à medida poderão ser exigida, sobretudo em relação a áreas que compete numa escala global e investimento em indústrias solares. Defende uma aplicação mais rigorosa dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade na PC. Contudo estes princípios não devem ser somente orientados pela eficiência.
		Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	O desenvolvimento contínuo da PC deve estar vocacionado para acabar com os <i>gaps</i> de desenvolvimento, estimular o crescimento e o emprego – sobretudo nas regiões europeias desfavorecidas – promover a integração social. Em todos os Estados membros, manter a subsidiariedade, capacidade financeira e melhorar a eficiência da política comunitária como um todo. Paralelamente, as regiões que já contribuem para a competitividade da UE num mundo globalizado devem também receber um apoio específico no desenvolvimento das suas competências, sobretudo na área da inovação. Critério de elegibilidade deve seguir o designado “Desafios Futuros” (por exemplo a ligação entre ambiente e PC). Os valores usados para seleccionar áreas para o fundo de coesão (90% da média do PIB) e para o objectivo de convergência (75% da média regional do PIB <i>per capita</i> da população) são critérios já testados para determinar os países e regiões de coesão mais atrasados. Outros indicadores económicos – desemprego e desenvolvimento demográfico também estão implicitamente neste indicador. O Governo Federal rejeita a ideia de incluir factores puramente geográficos em referências socioeconómicas. Existe a preocupação de que com a criação dum novo critério para seleccionar regiões elegíveis se atenua o objectivo da PC e a sua eficiência seja reduzida. A escolha de financiar medidas específicas é feita com base das condições especiais da região. Aplica-se o mesmo à adição da componente territorial à coesão económica e social no Tratado UE: o objectivo “coesão territorial” não fornece uma base lógica para prorrogar o direito baseado em factores geográficos. Todavia, cabe a cada um e cada Estado membro e região promover a coesão territorial no futuro aquando da selecção de medidas concretas ou na concentração de fundos e recursos em certas áreas, sempre que tal gera valor acrescentado europeu. Devem ser colocadas em prática regulamentações de transição apropriadas para assistir regiões que já não são elegíveis para assistência para que os resultados alcançados com a ajuda da PC não sejam alterados. Neste âmbito, os países e regiões visados devem ser tratados de forma igual independentemente do Estado membro a que pertencem.
		Abordagem nacional vs. regional	
		Abrangência vs. focalização	Deve focalizar-se nas oportunidades do Mercado Interno e na integração de todos os Estados membros, países e regiões. Deve-se evitar transformar o desenvolvimento da UE numa mera transferência. A eficiência e a efectividade da PC devem ser constantemente examinadas. Todos os Estados membros necessitam de focalizar-se em medidas que tenham um impacto máximo no crescimento e no emprego, ao mesmo tempo que respondem aos desafios ecológicos e demográficos.
		Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	
		Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	A PC é a mais importante para impulsionar a competitividade das regiões menos desenvolvidas. Os esforços das regiões devem focalizar-se na promoção da inovação, economia do conhecimento e investigação e desenvolvimento, tecnologia, bem como a educação e adaptação dos recursos humanos. Não deverá haver uma concentração somente nos sectores de alta tecnologia mas nos de baixa e média tecnologia. Há que ter em atenção o potencial de cidades e de áreas que envolvem zonas urbanas, devendo a PC continuar a colocar a ênfase na “dimensão urbana”.
		Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	Tem de se assegurar que uma melhoria nos factores de abastecimento de energia deve estar em linha com a procura do presente e do futuro. Tem de se dar mais atenção aos aspectos sociais e ecológicos.
		Coordenação com outras políticas sectoriais	Melhor interacção da PC com outras políticas, ou seja, apoia à educação e investigação. A PC pode ter um impacto nos processos demográficos através dos contributos para a competitividade e criação de empregos (apesar de ter um papel limitado).
Relação com a Coesão Territorial	No futuro tratado da UE o aspecto territorial irá tornar-se no elemento mais importante da PC. Por essa razão as regiões deverão definir as suas forças e desenvolver estratégias Segundo as suas próprias necessidades. A inclusão de objectivos de níveis regionais ao assegurar um <i>delivery-focused</i> , desenvolvimento de coesão territorial e o uso eficiente dos recursos.		



Austria	Relação com a Cooperação Transfronteiriça	
	Relação com Fundos	Defende uma análise para avaliar de que forma é que os instrumentos dos fundos estruturais em conjunto com outros instrumentos podem ser usados eficientemente para resolverem problemas ligados aos desafios e retirar oportunidades para uma maior integração da Europa. O focus deverá ser a maximização do efeito do capital dos Fundos Estruturais da UE. Deverá haver razões plausíveis e convincentes para a criação do critério de elegibilidade adicional. O uso flexível dos Fundos Estruturais a nível dos Estados membros com uma estrutura comum claramente definida por todos os Estados membros. Encoraja a concentração de fundos. O Fundo de Ajustamento à Globalização é rejeitado na sua actual forma independente e deverá ser integrado no ESF. O Fundo de Coesão deverá ser alterado, pelo menos em relação ao seu critério de elegibilidade para identificar formas de distinguir claramente estes critérios dos critérios de elegibilidade do ERDF.
	Simplificação, monitorização e avaliação	Conceito de descentralização; maior simplificação. A favor de encaixar a PC com outras políticas regionais e alcançar benefícios sinérgicos. Continuação do actual sistema de descentralização da PC (nacional-regional e Comissão Europeia). Não obstante, deverão ser reduzidas os formulários e formalidades, e simplificar a governança de forma sistemática. Isto deve ser aplicado aos requisitos para o planeamento de programas futuros. Os indicadores de monitorização e a avaliação das políticas da UE devem estar em sintonia com outras para reforçar a coerência. Segundo o princípio da proporcionalidade, os custos e o tempo que envolvem a programação, gestão, e monitorização deve ser baseado no âmbito de programas e projectos. Em relação às competências futuras e às competências regionais especiais, as regiões devem ter mais poderes para maximizar o seu potencial através da interacção de várias políticas, uma delas sendo PC.
	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	
	Princípios Orientadores da PC	
	Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	
	Abordagem nacional vs. regional	
	Abrangência vs. focalização	Para tornar as regiões competitivas em termos globais há que apostar na adaptabilidade, flexibilidade e vontade de enfrentar transformações.
	Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	
	Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	
	Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	Para enfrentar os novos desafios as regiões não devem concentrar-se apenas em medidas defensivas, como também em sectores de baixa e média tecnologia, podendo ser competitivos se se concentrarem em nichos. Perante as transformações demográficas a PC pode, ao contribuir para uma melhoria da situação económica da região, ajudar a parar com os fluxos migratórios para fora da região e torná-la mais atractiva para gente nova. Em relação às alterações climáticas o reforço da competitividade europeia nas energias limpas é um importante contributo.
	Coordenação com outras políticas sectoriais	A política regional deverá ser constituída para um amplo mix de políticas, em que a PC poderá dar um contributo.
	Relação com a Coesão Territorial	
Relação com a Cooperação Transfronteiriça	Resolução do problema de burocracia inerente aos programas do Objectivo 3, dado que constitui um obstáculo à realização total do potencial de cooperação dos programas. Aprofundamento do Mercado Interno como pré-condição para total cooperação entre as regiões dentro da UE. Total liberalização do comércio é também uma pré-condição para a total cooperação com as regiões fora da UE.	
Relação com Fundos	Deverá haver uma melhor coordenação entre o processo de planeamento dos instrumentos da UE e os objectivos, quer a nível nacional, quer da EU. Só deverão receber Fundos as regiões que apresentem resultados.	
Simplificação, monitorização e avaliação	Redução significativa da burocracia. Aplicação dos princípios da subsidiariedade, parceria. Do ponto de vista económico análise do <i>output/outcome</i> . Aplicação do <i>earmarking</i>	

Bélgica	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	Permite colocar em prática políticas pró-activas e inovadoras em matéria de apoio à competitividades estrutural das regiões europeias, tendo em conta as suas especificidades socioeconómicas, e os novos desafios através dum apoio antecipado e um reforço do posicionamento concorrencial das regiões. Os contributos da PC em relação ao valor acrescentado são variados em termos orçamentais e de governação.
	Princípios Orientadores da PC	A PC como alavanca para as bases estruturais dum desenvolvimento equilibrado a longo prazo – ao activar os factores de atractividade e competitividade regionais – não deve ser colocada em questão. Para que a PC seja eficaz deverá repousar numa repartição equilibrada de responsabilidades entre os níveis europeu, nacional e regional no quadro dum sistema de governação multi-níveis. Os conceitos de parceria, subsidiariedade e descentralização são prioritários.
	Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	O apoio às regiões mais desfavorecidas da União deverá continuar a ser o pilar fundamental da PC em conformidade com os objectivos de coesão e de solidariedade definidos pelo Tratado, os quais devem também ser um vector de apoio ao desenvolvimento regional do conjunto da UE.
	Abordagem nacional vs. regional	
	Abrangência vs. focalização	Na nova PC, a economia do conhecimento e a inovação devem constituir elementos chave incontestáveis.
	Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	
	Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	A articulação deverá reforçar a coerência entre as estratégias desenvolvidas a nível comunitário, nacional e regional. Nesse sentido dotará as regiões dos meios orçamentais e operacionais necessários ao reforço da competitividade a longo prazo. Esta articulação constitui um vector importante para a “adaptação” da Estratégia de Lisboa ao conjunto dos actores
	Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	Os novos desafios identificados pela UE – Alterações Climáticas e Demográficas implicam uma abordagem global e coerente e têm impactos diferentes a nível regional segundo as especificidades de cada região e podem agudizar as disparidades socioeconómicas. As respostas derivam de níveis de poder diferentes: políticas europeias, nacionais e regionais. Outro desafio importante é a integração transversal do desenvolvimento sustentável. A Política da Coesão deverá apoiar as indústrias verdes e outras nesta linha. Face às pressões concorrenciais deverá antecipar e acompanhar as mutações. Deverão ser postas em prática políticas proactivas e integradas de forma a activar alavancas de apoio à competitividade e atractividade. No contexto da globalização a Política da Coesão pode contribuir para o crescimento, bem-estar e emprego a nível da EU, em conformidade com os objectivos comunitários. Especialização de certos segmentos do mercado e uma utilização mais eficaz dos meios de produção e conhecimento e, por um lado, criação e utilização óptima dum número cada vez maior de oportunidades em matéria de diversificação e, por outro, de novas actividades económicas.
	Coordenação com outras políticas sectoriais	Integração eventual de algumas intervenções actualmente financiadas a nível da PC no âmbito de políticas sectoriais europeias, mas com várias modalidades de intervenção e tendo em conta as especificidades regionais.
	Relação com a Coesão Territorial	Uma coordenação territorial horizontal da política sectorial europeia deverá eliminar as disparidades entre as diferentes políticas e gerar se possível sinergias. Uma coordenação vertical (governação multi-nível” deverá prevenir as disparidades entre a política europeia e as opções da política espacial nos Estados membros.
Relação com a Cooperação Transfronteiriça	As intervenções no âmbito da cooperação territorial devem apoiar as estratégias de desenvolvimento regional geridas no âmbito de Outros Objectivos da PC e de outras políticas europeias para que se estabeleçam redes e partilhas de conhecimentos e experiências, por exemplo nos domínios da eco-inovação, eficiência energética e renováveis.	
Relação com Fundos	Articulação reforçada com as outras políticas comunitárias, nomeadamente no âmbito da rubrica 1ª) e a importância da dimensão regional no seio dessas políticas. A intervenção dos fundos estruturais deverá prioritariamente ultrapassar os défices estruturais da competitividade das regiões.	
Simplificação, monitorização e avaliação		
Bulgária	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	Alargamento continua a ser o maior desafio da UE conduzindo a novas desproporcionalidades entre as regiões.
	Princípios Orientadores da PC	Manutenção dos princípios fundamentais da PC. Pode ser alcançado equilíbrio razoável entre interesses comunitários e nacionais e entre políticas tradicionais e novos desafios.
	Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	Fundos adicionais para regiões mais desfavorecidas.
	Abordagem nacional vs. regional	Alocação de fundos deve ser feita entre EM e regiões.
	Abrangência vs. focalização	Ênfase do investimento em desenvolvimento tecnológico acompanhado por manutenção de investimentos tradicionais de políticas de desenvolvimento. Abordagem integrada garantia do crescimento e desenvolvimento sustentável.



Dinamarca	Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	Esforços e recursos direccionados para investimentos nos principais factores de crescimento económico sustentável e competitividade: infra-estruturas, capital humano empreendedorismo e cooperação territorial equilibrada.
	Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	Contributo continuado para cumprimento dos objectivos da EL, assegurando flexibilidade e apoio a investimentos em inovação e desenvolvimento tecnológico, com vista a crescimento sustentável da UE num mercado global competitivo.
	Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	PC flexível de forma a permitir a UE enfrentar novos desafios, alcançando equilíbrio entre eles e os tradicionais domínios de intervenção. Existe uma nova combinação de desafios e oportunidades que definem o futuro da política regional europeia. Assegurar sinergias com outras políticas nacionais e comunitárias e entre estratégias de desenvolvimento de diferentes regiões.
	Coordenação com outras políticas sectoriais	Assegurar sinergias com outras políticas nacionais e comunitárias e entre estratégias de desenvolvimento de diferentes regiões.
	Relação com a Coesão Territorial	Coesão territorial dimensão essencial da PC. Contribui para aumento da convergência e prosperidade das regiões. Dimensões social e económica não deverão no entanto ser subestimadas.
	Relação com a Cooperação Transfronteiriça	
	Relação com Fundos	
	Simplificação, monitorização e avaliação	Simplificação dos mecanismos de aplicação essencial para a efectiva implementação da PC. Apoio ao fortalecimento dos procedimentos de monitorização e avaliação dos PO.
	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	Poderá ganhar-se mais valor acrescentado se mais programas da UE forem coordenados de forma mais estreita ou até incluídos na PC, ou seja, a competitividade e o programa estrutural de inovação (CIP), o programa do mercado de trabalho (PROGRESS), o programa TEN-network, o programa ambiente e natureza (LIFE+), o programa estrutural para a investigação e o desenvolvimento tecnológico (FP 7), etc.
	Princípios Orientadores da PC	
	Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	Apoio contínuo a todas as regiões da EU. Todo o território da UE deverá ser elegível para o apoio dos Fundos Estruturais no próximo período.
	Abordagem nacional vs. regional	
	Abrangência vs. focalização	A PC pós-2013 deverá continuar a focalizar-se no crescimento e na coesão económica, social e territorial. Devem ser concentrados esforços no desenvolvimento duma economia baseada no conhecimento, através do aumento da inovação, investigação e desenvolvimento tecnológico e ICT, infra-estruturas, ou seja, a continuação duma actividade altamente prioritizada no actual período dos Fundos Estruturais.
	Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	Na Dinamarca os programas deverão apoiar o desenvolvimento e promoção de tecnologias sustentáveis e assegurar que as áreas geográficas menos favorecidas são incluídas nos programas de desenvolvimento em inter-acção com as áreas mais prósperas. Os programas deverão concentrar-se na interligação das relações entre as cidades e as áreas rurais.
	Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	
Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	Aumentar o foco na sustentabilidade, incluindo os assuntos relacionados com as alterações climáticas. Uma acção massiva concertada deverá ser realizada na inovação de forma a promover soluções climáticas amigáveis.	
Coordenação com outras políticas sectoriais	Coordenação das políticas como elemento central da Coesão territorial.	
Relação com a Coesão Territorial		
Relação com a Cooperação Transfronteiriça	Cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional deverá ser prioritária nos programas do objectivo 3.	
Relação com Fundos	Os programas apoiados pelos Fundos Estruturais deverão continuar a apoiar os objectivos estipulados pela Estratégia de Lisboa, ou seja, apoiar iniciativas e esforços para aumentar o crescimento económico, competitividade e emprego na EU, para enfrentar as condições futuras dum mercado mundial cada vez mais globalizado e liberalizado.	
Simplificação, monitorização e avaliação	Simplificação e Administração Regionalizada.	

Eslováquia	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	PC contribui de forma substantiva para o desenvolvimento da UE como um todo.
	Princípios Orientadores da PC	
	Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	Apela a uma maior ênfase às regiões na fronteira, principalmente a Leste da UE, pela sua localização periférica que as afasta das regiões mais desenvolvidas no centro da UE e pelos complexos desafios que têm que enfrentar face ao seu nível de desenvolvimento.
	Abordagem nacional vs. regional	Considera razoável o reforço do papel das autoridades territoriais, sob a forma descentralização de competências e financiamento. Regiões devem desempenhar um papel-chave na definição do futuro da PC, em colaboração com os decisores europeus e nacionais.
	Abrangência vs. focalização	
	Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	
	Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	
	Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	
	Coordenação com outras políticas sectoriais	
	Relação com a Coesão Territorial	
	Relação com a Cooperação Transfronteiriça	Os instrumentos de cooperação transfronteiriça têm contribuído para o desenvolvimento das regiões menos favorecidas. Cooperação territorial deverá manter-se uma das prioridades da UE, beneficiando da experiência que tem vindo a ser adquirida, apoiada por uma maior descentralização.
	Relação com Fundos	
Simplificação, monitorização e avaliação	Desafio futuro será encontrar equilíbrio entre o apoio ao crescimento, competitividade e coesão na UE. Abordagem integrada e acção coordenada dos actores envolvidos no desenvolvimento regional serão chave para o sucesso. As estratégias devem reflectir as especificidades da região e EM, partindo do seu potencial endógeno para garantir um crescimento sustentável. A concentração de fundos em inovação e investigação num número limitado de regiões cria instabilidade nas regiões menos favorecidas. Deverá ser possibilitado o reforço do investimento em I&D às regiões mais desfavorecidas de forma a desenvolverem as suas capacidades de inovação.	
Espanha	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	O enquadramento regulador da PC e a sua organização institucional deverá ter em consideração as diferenças existentes entre investimentos em infra-estruturas e investimentos intangíveis, através de novo enquadramento legal.
	Princípios Orientadores da PC	
	Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	Continuidade da prioridade às regiões mais desfavorecidas. O processo de convergência é longo e implica políticas a longo-prazo, devem manter-se os períodos de phasing out. Reconhecimento das especificidades de áreas geográficas e cidades como as regiões ultraperiféricas, áreas rurais com baixa densidade populacional ou cidades de fronteira com outros continentes.
	Abordagem nacional vs. regional	Cidades devem tornar-se relevantes actores políticos na promoção e desenvolvimento da PC, pela importância que representam como centros de inovação, serviços e comunicação. Definição de mecanismos obrigatórios para a coordenação das estratégias da UE ao nível comunitário, nacional, regional e local. Regiões devem ser as principais protagonistas e interlocutoras da COM, com base nas suas estratégias de desenvolvimento regional, ficando reservada ao Estado uma função de apoio e de coordenação entre regiões. Possibilidade de regiões com características semelhantes desenvolverem estratégias de desenvolvimento conjuntas. Permitiria a definição de objectivos temáticos ou regionais, e não apenas à escala nacional, aplicando o mesmo princípio à atribuição de fundos. EM em que exista um sistema de partilha de competências entre o governo central e as regiões, é necessário acautelar que a PC respeita esse princípio, sendo apenas necessário uma gestão centralizada nos casos em que tal represente um valor acrescentado. Necessário garantir que a distribuição regional dos fundos alocados a um EM tenham em conta as diferenças regionais à escala nacional. Tendência deve conduzir à maior descentralização, com um maior protagonismo das regiões e administrações locais, em detrimento do Estado Central.
	Abrangência vs. focalização	PC que abarque todas as regiões tendo um carácter mais temático, centrada nos grandes desafios.
Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	Fundos comunitários deveriam ser geridos através de acções que tenham um efeito induzido noutras regiões menos desenvolvidas, quer através de projectos públicos inovadores, ou programas replicáveis em regiões desfavorecidas, ou dirigindo fundos para acções com elevado potencial de <i>overflow</i> .	



	Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	Deverá contribuir para as políticas de crescimento económico da UE, seguindo o processo de Lisboa e os investimentos em I&D, tendo também presente aspectos relacionados com a sustentabilidade, energias renováveis e eficiência energética. Em colaboração a PC a EL deverão estabelecer mecanismos que levem obstáculos à mobilidade laboral e de formação na UE.
	Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	A resposta aos desafios relacionados com as alterações demográficas passa pelo impulso aos serviços sociais adequados. Deve contribuir para tornar os territórios mais atractivos e estimular os movimentos demográficos, beneficiando os territórios com populações mais envelhecidas e com menos dinâmica demográfica. Para que as regiões possam melhorar ou manter a sua competitividade é necessário o desenvolvimento de políticas que promovam inovação e empreendedorismo. A dimensão do desafio das alterações climáticas implica uma resposta que vá além da PC. A PC compete estimular o crescimento económico sustentável, promovendo as energias renováveis, a melhoria da eficiência energética, o desenvolvimento de meios de transporte sustentáveis e a protecção do ambiente. Os novos desafios constituem oportunidades para estreitar laços de cooperação, dentro e fora da UE.
	Coordenação com outras políticas sectoriais	Importante enfatizar a dimensão social da coesão. A PC deve insistir na sua vertente social e contribuir para o modelo social europeu. Políticas integradas e intervenções coordenadas de acordo com uma base territorial e urbana, sob pena de perderem potencial estratégico e diminuir o seu impacto. O aprofundamento da complementaridade entre políticas deve ter em conta os obstáculos que surjam da diminuição do peso das outras políticas sectoriais.
	Relação com a Coesão Territorial	A adição da dimensão territorial da coesão representa uma oportunidade para encetar novas modalidades de gestão, que valorizem o papel das regiões e dos territórios.
	Relação com a Cooperação Transfronteiriça	Cooperação entre regiões é um factor decisivo para o desenvolvimento de uma PC eficaz. A cooperação transfronteiriça acarreta um valor acrescentado para o território onde se desenvolve e para as suas populações, nomeadamente ao nível da aplicação da EL em complementaridade aos programas e projectos transfronteiriços, às sinergias que permite em matéria de conhecimento e à colaboração entre centros especializados no domínio da investigação e inovação. Reforço dos instrumentos para a coesão regional, possibilitando às próprias regiões decidir com que regiões estabelecem relações de cooperação, de acordo com critérios económicos ou temáticos e não apenas geográficos.
	Relação com Fundos	FEDER deve contribuir para o aumento da capacidade de adaptação das empresas, apoiando a inovação, adaptando-se à situação específica de cada região. O FSE deverá apoiar as estratégias de formação permanentes.
	Simplificação, monitorização e avaliação	Para a correcta aplicação de mecanismos de gestão e controlo, essenciais ao sucesso da PC, os procedimentos deverão ser simplificados. Também necessário será a aplicação estrita do princípio de associação entre EM e a COM baseado na subsidiariedade, incluindo no que refere a actividades de auditoria e controlo e uma regra N+2 mais flexível no que refere a investimentos intangíveis, especialmente quando envolvam o sector privado.
Estónia	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	
	Princípios Orientadores da PC	
	Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	A considerar hipótese de regiões com melhores performances utilizarem fundos para apoiar planos já existentes sem terem que desenvolver novos planos.
	Abordagem nacional vs. regional	
	Abrangência vs. focalização	Defende concentração de recursos para a maximização do seu efeito. Concentração deverá ter também em atenção necessidades específicas da região e performance passada das regiões beneficiárias.
	Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	
	Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	
	Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	Reconhece necessidade de combinar esforços para a sua resolução, mas ênfase da PC deverá continuar a ser a redução das disparidades das regiões.
	Coordenação com outras políticas sectoriais	
	Relação com a Coesão Territorial	
	Relação com a Cooperação Transfronteiriça	
Relação com Fundos		
Simplificação, monitorização e avaliação	Impacto da PC poderá ser melhorado simplificando procedimentos e diminuindo burocracia.	

Finlândia	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	A PC tem um valor acrescentado para o desenvolvimento regional. Tem conseguido juntar os actores nacionais e regionais, aumentar a perseverança e planeamento a longo prazo, reforçado a coerência e modernizado e melhorado os sistemas administrativos e os métodos de trabalho. Aumentou o <i>networking</i> , a cooperação inter-regional e transnacional, bem como permitiu uma troca de boas práticas e transparência.
	Princípios Orientadores da PC	A aplicação dos princípios chave da PC deverão ser mais efectivos com a próxima reforma. Os princípios são os seguintes: abordagem integrada; governação multi-nível; princípio da subsidiariedade; princípio da parceria; princípio da concentração (atribuição de recursos às regiões menos desenvolvidas e para prioridades estratégicas seleccionadas; princípio da adicionalidade (medidas sob os Fundos estruturais dever ser adicionado às medidas nacionais de forma a apoiarem os objectivos estratégicos da Comunidade. O dinheiro da UE não deverá ser usado para realizar projectos que já tenham sido implementados nacionalmente); princípio da proporcionalidade. É muito importante a manutenção da abordagem estratégica e global no futuro. Paralelamente será necessário reconsiderar a forma como a responsabilidade da gestão é controlada e partilhada entre a comunidade e a nível nacional.
	Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	
	Abordagem nacional vs. regional	
	Abrangência vs. focalização	Deverá ser feita uma avaliação (por ex. analisar se a efectividade da PC poderá aumentar com o reforço da abordagem temática). A implementação temática poderá trazer valor acrescentado ao desenvolvimento da competitividade e aos recursos humanos. O capital humano é o factor chave para o crescimento económico das regiões.
	Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	Investigação europeia e cooperação tecnológica. A interligação entre as diferentes áreas da política da UE terá de ser reforçada e a dimensão da competitividade de todas terá de ser reforçada. A contribuição pública nacional deverá também ser monitorizada a nível da UE. Serão necessárias ferramentas efectivas para implementar a Estratégia de Lisboa.
	Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	
	Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	As alterações climáticas deverão ser tidas em conta nas acções da UE de forma global. Consequentemente a PC deverá seguir a abordagem climática e ambiental "amigável" Envelhecimento da população; migração. É essencial que a resposta aos desafios demográficos seja apoiada por políticas nacionais, ou seja, pela manutenção da educação, serviços e empregos nas regiões em vez de serem concentrados nas grandes cidades. As regiões podem ser utilizadas para promover e apoiar muitas das soluções para mitigar e adaptar os efeitos das alterações climáticas.
	Coordenação com outras políticas sectoriais	Será necessário reforçar uma abordagem integrada às políticas da UE.
	Relação com a Coesão Territorial	
	Relação com a Cooperação Transfronteiriça	A cooperação territorial europeia fornece um valor acrescentado à Europa. Saliencia a importância da colaboração com a região do Mar Báltico e as áreas fronteiriças. Esta região deveria ser reforçada como uma área europeia e económica. As áreas fronteiriças são na maior parte dos casos mais remotas e regiões menos desenvolvidas dentro da EU, ao mesmo tempo que desempenham um papel chave na cooperação com países terceiros. A actual cooperação territorial poderá ser desenvolvida por exemplo para apoiar a cooperação entre actores de política de inovação em diferentes países.
	Relação com Fundos	
Simplificação, monitorização e avaliação	A gestão da PC necessita de ser simplificada e a transparência desta política deverá aumentar quer a nível da EU, quer nacional. É necessário dispor duma caixa de ferramentas suficientemente flexível para as necessidades das diferentes regiões. Com uma quantidade menor de programas com procedimentos mais simples na UE e a nível nacional, a implementação da Política Regional deveria ser mais efectiva, mais baseada no desempenho e mais <i>user-friendly</i> . Numa base <i>region by region</i> deverá ser feita uma escolha estratégica entre os diferentes critérios para que os recursos atribuídos pela UE estejam incluídos em indicadores seleccionados segundo o princípio "best value for money". A efectividade das medidas é directamente examinada numa base de indicadores transformados. Inter-acção <i>bottom up and top down</i> . Desenvolvimento dum modelo para dialogar numa base mais regular do que actualmente e mediante o qual os representantes da administração regional e local participem na preparação das políticas e iniciativas da UE.	



França	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	Ao favorecer o desenvolvimento harmonioso e equitativo dos territórios, a PC económica, social e territorial contribui para o bem-estar das populações desses territórios. As medidas a favor do emprego, educação, formação e habitat têm um impacto directo na qualidade do laço social que une os habitantes dum território. O respeito pela igualdade de oportunidades e do princípio da não discriminação induz a um reforço em matéria de inclusão social. Assim a PC tem uma função integradora.
	Princípios Orientadores da PC	A PC deverá fixar como objectivo a nível regional o incremento dos factores de atractividade dos territórios e a capacidade dos actores às transformações numa economia aberta. Assim, há que desenvolver a governação e as competências dos operadores, colectividades territoriais, parceiros institucionais e das ONG's abrangidas, bem como uma maior cooperação com os actores económicos (PME, grandes empresas, ...). Princípios da parceria, subsidiariedade e proporcionalidade.
	Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	Abordagem baseada numa estratégia regional integrada mobilizando a nível regional as ferramentas financeiras dedicadas à PC incluindo a favor dos objectivos ligados à Coesão Regional infra-regional. As regiões ultraperiféricas deveriam beneficiar dum tratamento particular. A definição do <i>earmarking</i> deve ser remodelada em concertação com os territórios e ser objecto duma avaliação. A definição do <i>earmarking</i> deverá também ser alargada Completar os indicadores actuais por outros alternativos, que integrem a dimensão ecológica, social e de bem-estar. É preciso elaborar um indicador de coesão mais representativo.
	Abordagem nacional vs. regional	Deverá haver uma complementaridade mais forte entre as políticas comunitárias e as nacionais para a criação de condições favoráveis às empresas de forma a que estas inovem e exportem dentro e para fora do Mercado Interno.
	Abrangência vs. focalização	
	Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	Apostar em sectores tecnológicos médios ou fracos, valorizar as externalidades positivas que tornam o território europeu atractivo (infra-estruturas, sistemas de educação e formação,...). Paralelamente, os domínios industriais ligados ao desenvolvimento sustentável, às TICs, nanotecnologias, ensino e investigação devem continuar a ser explorados. A organização em <i>clusters</i> ou pólos de competitividade serão importantes para a cooperação e sua difusão no território europeu.
	Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	Manutenção da "recentragem" da PC em direcção à melhoria da competitividade das regiões. No âmbito da coesão territorial deverá haver uma articulação entre inovação, crescimento e emprego (Estratégia de Lisboa) e desenvolvimento sustentável (Gotemburgo). A estratégia urbana deverá ser uma das prioridades das Estratégias de Lisboa e Gotemburgo.
	Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	O papel é fundamental da PC no acompanhamento das estratégias e das políticas colocadas em prática pelas Regiões para enfrentar as consequências da globalização, das reestruturações industriais e das alterações climáticas. Tal será possível através da eficiência, da boa governação e da sinergia com a PC. O objectivo da competitividade e emprego da PC permite apoiar os esforços das regiões mais avançadas na luta contra as alterações climáticas. Para responder ao contexto da Europa de 2014, a PC tem de fixar um objectivo para 2020, as Instituições europeias deverão modificar governança desta política, revitalizar as trocas entre os níveis comunitários, nacionais e locais.
	Coordenação com outras políticas sectoriais	Todas as políticas devem concorrer de maneira complementar à estratégia de crescimento e de emprego no âmbito do desenvolvimento sustentável. Uma territorialização policéntrica das políticas baseadas nos pólos urbanos e rurais (a territorialização convergente das políticas de coesão e desenvolvimento rural). As estratégias de grupos comunitários com a respectiva governança multi-nível poderão apoiar as políticas de montanha transversais (regional ou nacional) ou sectoriais (agrícolas, empresas, turismo, emprego, etc.). Coordenação das políticas como elemento central da Coesão territorial.
	Relação com a Coesão Territorial	A PC tem como valor acrescentado reforçar a coesão territorial.
	Relação com a Cooperação Transfronteiriça	Reforço da cooperação territorial, para permitir às regiões partilharem as boas práticas, contribuindo para a competitividade das regiões. Assim, favorece-se a cooperação transeuropeia, facilitar-se-á a sua conexão, integração territorial e a sua competitividade. Os desafios nomeadamente os da segurança energética e da mobilidade das pessoas, impõe a passagem dum quadro do território da União para se situar num quadro dum conjunto alargado, para lá das fronteiras comunitárias.
	Relação com Fundos	Uma das formas de ultrapassar a dualidade entre solidariedade e competitividade ou entre equidade e eficácia reside no investimento na investigação e desenvolvimento, inovação e valorização do capital humano. Nesse sentido os alvos dos Fundos Estruturais ou <i>earmarking</i> das despesas que entram no quadro da Estratégia de Lisboa constitui um avanço positivo da actual programação que deverá ser encorajada e incluir a Estratégia de Gotemburgo a favor do desenvolvimento sustentável. Tendo em conta a importância dos recursos humanos, o FSE deverá ser reajustado em relação aos factores de competitividade. Para melhorar a gestão dos Fundos Estruturais deverão ser colocadas em prática medidas de formação mais acessíveis para os funcionários responsáveis pela gestão dos Fundos e dos projectos da PC. É desejável no futuro uma melhor coordenação entre os diversos Fundos Comunitários em termos de objectivos a realizar e as ferramentas de acompanhamento.
Simplificação, monitorização e avaliação	Simplificação das regras e clarificação das competências deverão contribuir para a melhoria da realização dos programas operacionais e a capacidade das regiões a responder aos desafios.	

Holanda	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	A PC tem uma contribuição fundamental, no âmbito do crescimento regional e oportunidades de emprego.
	Princípios Orientadores da PC	
	Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	
	Abordagem nacional vs. regional	
	Abrangência vs. focalização	
	Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	
	Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	
	Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	Aumentar a competitividade dos poderes económicos emergentes fora da EU. Paralelamente, os objectivos das alterações climáticas e de energia para 2020 da UE irão impor novas exigências no campo da sustentabilidade das economias regionais e locais. Entretanto os desenvolvimentos demográficos irão exigir uma atenção particular ao desenvolvimento das regiões e municípios. Este aspecto é muito importante nas áreas rurais, onde a PC pode contribuir para a modernização do sector agrícola. Promover a economia do conhecimento e inovação em particular aumentar os investimentos na investigação e tecnologia deverá continuar a ser no futuro um elemento central PC.
	Coordenação com outras políticas sectoriais	
	Relação com a Coesão Territorial	
Relação com a Cooperação Transfronteiriça		
Relação com Fundos	Política integrada no desenvolvimento do financiamento a nível regional. Uma pré-condição essencial final é a simplificação da gestão dos programas dos Fundos Estruturais. Apoio ao objectivo de se chegar a uma única auditoria.	
Simplificação, monitorização e avaliação		
Irlanda	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	PC reforça o cumprimento dos objectivos mais amplos da UE, como os da Estratégia de Lisboa e de Gotemburgo e facilita o potencial endógeno de todas as regiões, aumentando os níveis de competitividade da UE de forma geral. A abordagem assente nos programas multi-anuais constitui um valor acrescentado e contribui para um clima de estabilidade de investimento.
	Princípios Orientadores da PC	Devem manter-se os princípios basilares de parceria, programação multi-anual, adicionalidade e avaliação.
	Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	Deve continuar a apoiar todas as regiões.
	Abordagem nacional vs. regional	Regiões, devem poder seguir as suas próprias estratégicas, com base nas suas especificidades, desde que de acordo com o enquadramento comunitário e nacional definido.
	Abrangência vs. focalização	
	Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	Dentro das actividades consistentes como as linhas de orientação comunitárias, deverá ser concedida flexibilidade aos EM na selecção das actividades a co-financiar. Prioridade deverá ser o fortalecimento de capacitação das regiões ao nível dos factores de competitividade e na resposta aos seguintes desafios: acessibilidades e infra-estruturas de conexão (incluindo TIC), capital de empreendedorismo, construção de uma base regional de investigação e sistemas regionais de inovação, capital humano e inclusão e capital institucional.
	Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	
	Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	
Coordenação com outras políticas sectoriais		



		Relação com a Coesão Territorial	Existe uma potencial tensão entre o objectivo de competitividade e de coesão territorial, uma vez que providenciar iguais oportunidades para todos os cidadãos da UE implica uma concentração de investimento nas regiões mais atrasadas, enquanto que o objectivo da competitividade implica investimento direccionado para actividades de elevada produtividade, assente no sucesso de regiões e sectores com elevado potencial de crescimento.	
		Relação com a Cooperação Transfronteiriça	Os programas no âmbito do objectivo cooperação territorial conferem um valor acrescentado ao nível da UE, por facilitarem a conjugação de recursos, o desenvolvimento de soluções partilhadas a questões comuns e a partilha de experiências.	
		Relação com Fundos		
		Simplificação, monitorização e avaliação	A avaliação dos resultados dos programas deverá ter igual importância ao controlo financeiro, e ter em atenção que o peso do controlo financeiro diminui o valor dos fundos. Princípio da simplicidade deve ser efectivamente aplicado.	
	Itália		Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	Contributo inquestionável para a ambição da UE em desempenhar um papel de liderança no mercado global. Uma das principais políticas da UE que orienta e promove o crescimento na Europa, evitando disparidades internas e externas entre regiões e Estados Membros, reconhecendo o devido valor de recursos territoriais subaproveitados. Fundamental para aproveitar potencial de crescimento e promoção da reciprocidade entre as regiões mais e as menos favorecidas.
			Princípios Orientadores da PC	
			Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	
			Abordagem nacional vs. regional	
			Abrangência vs. focalização	Maior selectividade de intervenções centradas em acções que produzam efeitos com maiores impactos ao nível territorial. Analisar forma de alcançar maior concentração e eficiência na selecção de prioridades e de objectivos.
			Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	
			Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	Apoio à sua implementação através da orientação de recursos para a investigação e inovação, capital humano, criação de empresas e energia. Necessidade de definição de metas credíveis e mesuráveis.
			Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	
			Coordenação com outras políticas sectoriais	Necessidade de aprofundar uma integração eficiente com as políticas nacionais, com vista à redução das disparidades regionais.
Relação com a Coesão Territorial				
Relação com a Cooperação Transfronteiriça				
Relação com Fundos			Simplificação introduzida por um mono-fundo e a criação de um fundo específico para o desenvolvimento rural não produzem resultados satisfatórios. Necessário recuperar e reforçar a coordenação.	
Simplificação, monitorização e avaliação				
Letónia		Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	Implementação deverá continuar como política comunitária, assegurando o adequado financiamento e gestão política ao nível comunitário, como prova da importância do princípio da solidariedade.	
		Princípios Orientadores da PC		
		Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	PC deverá ser selectiva na escolha das regiões e EM elegíveis. Considera PIB <i>per capita</i> (PPC) o critério de eleição no financiamento a atribuir. Deverá ser dada mais atenção à definição de indicadores qualitativos.	
		Abordagem nacional vs. regional		

	Abrangência vs. focalização	Alargar demasiado os seus objectivos tornando-os referentes a todos os EM poderá ser muito ambicioso. Cautela relativamente a propostas de reforma que transformem PC numa ferramenta direccionada para competitividade e desenvolvimento sustentável. Implementação deverá ser simplificada através da concentração temática de actividades. Âmbito generalizado poderá ser reduzido ao essencial da PC. Cada região deverá identificar número limitado de prioridades.
	Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	Investimentos a longo prazo na economia essenciais para resolver problemas de desenvolvimento económico. Importante não abandonar elementos iniciais da PC como investimento em infra-estruturas e comunicações. Analisar o papel da educação e saúde no contexto das regiões menos desenvolvidas.
	Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	Cautela em relação à combinação da PC e EL no contexto do desenvolvimento da EU.
	Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	Antes de ser ponderado o recurso à PC para resolver os novos desafios, deverão avaliar-se as suas causas e soluções alternativas. Solucionar problemas globais através do orçamento comunitário não poderá ser prioridade. Deverá ser tido em consideração os diferentes impactos dos desafios nas várias regiões.
	Coordenação com outras políticas sectoriais	Qualquer política horizontal relacionada com a totalidade da UE e do orçamento comunitário deve ser vista como uma ferramenta para aumentar a eficiência dos gastos e das políticas comunitárias. PC não pode ser transformada num instrumento geral de competitividade e sustentabilidade.
	Relação com a Coesão Territorial	Deverá ser esclarecido o contributo da coesão territorial e desenvolvimento territorial no contexto dos objectivos da PC. Regiões de fronteira interna e externa devem ser particularmente apoiadas no contexto da coesão territorial.
	Relação com a Cooperação Transfronteira	Deverá ser tido em consideração o potencial da cooperação transfronteira e no âmbito da política de vizinhança.
	Relação com Fundos	Criação de mono-fundo traria simplificação e elasticidade. Potencial para criação de sinergias na reintegração do desenvolvimento rural com regional.
	Simplificação, monitorização e avaliação	Defende simplificação das condições de implementação. Avaliação da implementação carece de maior ênfase no impacto da PC.
Lituânia	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	Como consequência do alargamento, PC deverá continuar a ser uma das principais políticas comunitárias. Diminuição das disparidades na UE deverá manter-se como princípio fundamental.
	Princípios Orientadores da PC	
	Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	Concentração de recursos nas regiões Convergência. PIB <i>per capita</i> deverá continuar como critério principal na identificação das regiões mais desfavorecidas. Limitação de apoio às regiões mais prósperas justificável e deve ser mantida.
	Abordagem nacional vs. regional	
	Abrangência vs. focalização	
	Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	
	Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	Bem-vinda a integração da EL renovada na PC. Distribuição de assistência deverá ser definida consoante as prioridades de desenvolvimento definidas para a região, em vez de <i>earmarks</i> estritos.
	Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	Resposta aos novos desafios poderá variar consoante especificidades da região. Novas prioridades da PC não deverão sobrepor-se às definidas no Tratado.
	Coordenação com outras políticas sectoriais	
	Relação com a Coesão Territorial	
	Relação com a Cooperação Transfronteira	
	Relação com Fundos	Apoiada a integração das regras de implementação do fundo de coesão e FEDER. Importante aprofundar união dos sistemas de planeamento e implementação dos 3 fundos.
	Simplificação, monitorização e avaliação	Necessária mudança da prioridade dada ao controlo e auditorias para avaliações de impacto da política. Simplificação de procedimentos bem acolhida.



Malta	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	Princípio da solidariedade deve ser a linha de orientação da reforma da PC.
	Princípios Orientadores da PC	Processo de programação deverá ser diferenciado e específico de cada EM, reflectindo as características próprias nacionais, regionais e locais. Importante evitar <i>one size fits all</i> .
	Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	
	Abordagem nacional vs. regional	
	Abrangência vs. focalização	PC deverá apoiar áreas nicho identificadas por regiões como áreas com potencial para crescimento. Fomentar <i>mainstreaming</i> e racionalização com vista a garantir recursos utilizados têm o impacto pretendido e evitar duplicação.
	Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	
	Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	
	Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	Dada a diversidade dos problemas, deverá ficar a cargo dos EM a decisão de quais os desafios a resolver recorrendo à PC, para quais utilizará outros recursos ou combinação de ambos. PC deverá direccionar-se para questões relativas às alterações climáticas, pelo seu impacto no desenvolvimento e crescimento.
	Coordenação com outras políticas sectoriais	PC deverá sempre complementar políticas nacionais e regionais. Deverá competir ao EM e região decidir sobre a sinergia e complementaridade entre recursos comunitários e nacionais.
	Relação com a Coesão Territorial	Dimensão territorial muito relevante. PC deverá utilizar os instrumentos disponíveis para determinar em conjunto com EM diversidades territoriais e quais podem ser tratadas através da PC.
	Relação com a Cooperação Transfronteiriça	Dificuldade na implementação de programas transfronteiriços. Importante reforçar cooperação entre regiões do ponto de vista político e para o sucesso das políticas comunitárias.
	Relação com Fundos	
Simplificação, monitorização e avaliação	Sistema de gestão eficiente crucial à implementação da PC. Sistema deverá reflectir diferentes níveis de governo e responsabilidades relevantes dos EM. Importante fornecer orientação sobre a implementação do enquadramento regulatório da PC. Processo de simplificação deverá continuar.	
Polónia	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	Valor adicional da PC, tendo benefícios no domínio económico e social à escala regional, nacional e comunitária, diminuindo o <i>gap</i> de desenvolvimento entre regiões da UE. Apoio estrutural não deverá ser visto como reembolso, mas sim como apoio à implementação de estratégias integradas de desenvolvimento, incluindo estratégias regionais, que permitam um certo grau de flexibilidade de intervenção e permitindo às regiões aproveitarem o seu potencial.
	Princípios Orientadores da PC	Um sistema de governança multi-nível assente, conforme a tarefa a cumprir, numa escolha diversificada de parceiros interessados em determinada intervenção. Um novo modelo de parceria inclusivo de novos <i>stakeholders</i> deverá fornecer uma ampla plataforma de reflexão. Continuação da prioridade ao princípio da solidariedade. Envolver activamente COM, EM e regiões, respeitando os princípios de parceria e subsidiariedade.
	Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	Atendendo aos desafios com que a UE se depara, faz sentido aumentar o orçamento disponível para a PC e concentrar-se nas regiões mais desfavorecidas e que não seriam capazes de ultrapassar esse <i>gap</i> apenas como os seus recursos próprios. Necessária reflexão sobre outros critérios adicionais ao PIB <i>per capita</i> para a identificação das regiões elegíveis, Necessidade de procurar indicadores que não só contabilizem aspectos económicos como também indicadores que tomem em consideração factores demográficos, sociais, educacionais, ambientais e territoriais. Indicadores devem demonstrar os efeitos reais e impactos da PC nessas dimensões.
	Abordagem nacional vs. regional	Implementação baseada num sistema descentralizado, tendo em conta que regiões e cidades utilizam fundos de forma mais eficaz e eficiente. Deve ser clarificado o papel das regiões, a sua responsabilidade em matéria de coordenação de desenvolvimento, programação e implementação de políticas. Deve continuar o processo de descentralização e transferência da função de coordenação também para o nível regional. Se tal for acompanhada por uma maior transferência de fundos para as regiões, conseguir-se-á uma verdadeira parceria entre regiões, COM e autoridades nacionais.
	Abrangência vs. focalização	Evolução da PC deverá passar pela concentração num número limitado de objectivos, sendo fortemente orientada para investimentos pro-desenvolvimento. Concentração em projectos que utilizem o potencial de crescimento das regiões e contribuam simultaneamente para o alcançar dos objectivos comunitários identificados com a criação do valor adicional europeu.

Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	<p>Necessário debate sobre o futuro desenho da PC associado à discussão sobre os objectivos e prioridades de desenvolvimento da UE.</p> <p>PC deverá tornar-se um instrumento para a implementação de prioridades comunitárias pró-desenvolvimento, mantendo simultaneamente ênfase na procura de equilíbrio de desenvolvimento entre as regiões e EM.</p> <p>Prioridade máxima a: melhoria das condições para o desenvolvimento de empreendedorismo e inovação; apoio ao sector I&amp;D, investimento no capital humano e investimento em infra-estruturas, designadamente no sector dos transportes, comunicações e ambiente.</p> <p>Instrumentos da PC devem privilegiar apoio a: infra-estruturas de apoio ao crescimento sustentável, inovação e melhoria da relação entre ciência e negócios, desenvolvimento de fontes energéticas renováveis envolvendo diferentes sectores, capital humano e social, acesso e utilização de tecnologias de informação e comunicação, mecanismos eficazes de gestão pública.</p>
Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	<p>PC instrumento essencial para alcançar os objectivos da EL, orientando medidas tomadas para no sentido do reforço da competitividade.</p> <p>Reforço do papel das áreas metropolitanas como "motores de desenvolvimento" é a forma mais fácil de alcançar os objectivos da EL.</p>
Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	<p>Necessário reforçar o papel da PC na resposta aos desafios globais, enquanto política de carácter integrante e horizontal relativamente a outras políticas comunitárias.</p> <p>Necessário providenciar os recursos necessários para que lhes possa dar resposta de forma eficaz.</p> <p>Deve permitir às regiões desenvolver a sua capacidade de reagir aos desafios globais.</p> <p>PC deve constituir uma base para a resposta da UE aos novos desafios.</p> <p>Os novos desafios afectarão em particular as áreas metropolitanas, os instrumentos da PC deverão ser utilizados para resolver esses desafios.</p> <p>Nas regiões cujas economias se baseiam em sectores tradicionais e de baixa tecnologia é essencial que a PC apoie o desenvolvimento da sua capacidade de adaptação.</p> <p>Para que esse apoio seja eficaz deverá dar ênfase ao apoio ao empreendedorismo e inovação. Fundos estruturais deverão aumentar o seu envolvimento com instrumentos financeiros de apoio às empresas.</p> <p>Como resposta às alterações demográficas, a PC deverá ter em atenção as implicações ao nível dos serviços e migrações e consequentemente na competitividade das regiões.</p> <p>Em relação às alterações climáticas, uma resposta eficaz não poderá passar apenas pelos fundos estruturais. A natureza do problema implica uma abordagem integrada ao desenvolvimento regional, pois abordagens sectoriais estão a tornar-se ineficazes. A PC compete apoiar as regiões a desenvolver sectores económicos para os quais as AC sejam uma oportunidade. Deverá também auxiliar as regiões a antecipar e adaptarem-se às AC.</p> <p>Deverá apoiar e promover mecanismos, investimentos e acções que de futuro gerem um crescimento económico sustentável e dinâmico, através da criação de empregos sustentáveis.</p> <p>Os objectivos da PC devem permitir alguma flexibilidade de resposta às alterações económicas que ocorram.</p>
Coordenação com outras políticas sectoriais	<p>Necessário debate sobre PC que contemple também questões financeiras, nomeadamente a presença de algumas políticas sectoriais no orçamento comunitário.</p> <p>Uma abordagem integrada permitirá que PC se torne num instrumento para a melhoria do potencial de desenvolvimento e para a competitividade de todas as regiões da UE, contribuindo dessa forma para os objectivos estratégicos de médio e longo prazo da UE.</p> <p>Necessário rever eficácia dos instrumentos de desenvolvimento rural e da sua coordenação e alocação.</p> <p>PC possui papel relevante na criação de uma política estrutural integrada, combinando acções desenvolvidas no âmbito do fundo da coesão e dos fundos estruturais, com acções implementadas no âmbito de outras políticas.</p> <p>Intervenções e políticas comunitárias devem ser melhor coordenadas, nomeadamente a PC, PAC, PCP e políticas de emprego.</p> <p>A combinação de todas as políticas de desenvolvimento comunitárias numa única, permitiria às regiões providenciar programas operacionais baseados em diversos fundos, tornando as políticas regionais mais compreensivas.</p>
Relação com a Coesão Territorial	<p>Inclusão da noção de coesão territorial justificada pela relevância da disparidade regional.</p> <p>Dimensão territorial deverá ser reforçada, pela importância que pode ter para a construção de saberes sustentáveis para a competitividade da UE</p>
Relação com a Cooperação Transfronteiriça	<p>Apoia aprofundamento de iniciativas no âmbito da cooperação territorial e política da vizinhança. Existe necessidade de simplificar princípios de implementação e aumentar gradualmente o orçamento disponível para esta cooperação.</p> <p>Cooperação regional constitui uma importante forma de implementar a PC e fortalecer a integração europeia. O seu objectivo deverá ser a eliminação de barreiras ao desenvolvimento do mercado interno.</p> <p>Será cada vez mais importante colaborar em domínios como inovação, I&amp;D, produção de energia e gestão de redes energéticas, controlo de mitigação, reconhecimento de qualificações profissionais, clusters empresariais e redes de transportes.</p>
Relação com Fundos	<p>Necessária uma abordagem mais integrada no que refere às actividades dos fundos e do seu sistema de alocação.</p> <p>A considerar abandonar a separação entre fundos, ou aproximá-los.</p>
Simplificação, monitorização e avaliação	<p>Apoio à introdução de soluções que permitam aumentar eficiência dos instrumentos como da eficácia em relação aos objectivos definidos.</p> <p>Ampla aplicação de ferramentas de avaliação concentradas na avaliação da eficiência e eficácia dos objectivos comunitários a longo-prazo e da criação de valor acrescentado.</p> <p>Avaliação contínua deverá ser utilizada de forma mais eficaz.</p> <p>Essencial desenvolver instrumentos eficazes para a medição dos impactos da PC na comunidade como um todo.</p> <p>Apela à simplificação de procedimentos, e à criação de mecanismos para a melhoria da eficácia dos fundos estruturais.</p> <p>Necessário regulamentos mais simples e menos exigentes, menos fundos e alargamento das competências dos EM.</p>



Portugal	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	Valor acrescentado da PC consubstancia-se em elementos como: i) obtenção de resultados efectivos quer ao nível do desenvolvimento e convergência entre EM e regiões, como no domínio do alargamento do mercado interno, crescimento e emprego, provisão de bens públicos, modernização administrativa, etc.; ii) Valorização e aproveitamento do potencial diversificado dos EM e suas regiões; iii) Governação territorial multi-nível, (comunitário, nacional, regional e local) de acordo com os princípios de subsidiariedade, parceria e participação; iv) Programação estratégica e operacional plurianual e de gestão orientada por objectivos e resultados com subsequente avaliação
	Princípios Orientadores da PC	Mantêm-se relevantes como princípios orientadores subsidiariedade, governação multi-nível, programação multianual, parceria, concentração, monitorização e avaliação, co-financiamento e adicionalidade. A aplicação dos programas da PC deverá ser mais flexível e tomar em consideração diversidade das realidades e escala dos problemas. Factores territoriais deverão desempenhar papel mais relevante na concepção dos instrumentos. Reforço do princípio da subsidiariedade e abordagem integrada e flexível dos territórios na concretização da PC, tendo em consideração a diversidade de situações e de escalas e de modelos de governação territorial na UE. Reforço da abordagem estratégica e orientação para resultados.
	Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	Objectivo central desenvolvimento dos EM e das regiões mais desfavorecidas. Deverá ser concedida particular atenção a alguns problemas característicos das áreas metropolitanas, mesmo que fora das regiões convergência.
	Abordagem nacional vs. regional	Aplicação de forma mais eficaz do princípio da subsidiariedade através da promoção de uma implementação territorial da PC de forma integrada e flexível. A aplicação dos seus programas deverá ser mais flexível e tomar em consideração a diversidade das realidades e a escala dos problemas. Os factores territoriais deverão desempenhar um papel mais relevante na concepção dos instrumentos de utilização dos recursos da Política.
	Abrangência vs. focalização	Face à limitação dos recursos disponíveis é inevitável que a sua afectação obedeça à definição de prioridades, sendo por isso também fundamental uma clara definição do papel de cada uma das políticas da UE na resposta aos diversos desafios.
	Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	
	Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	
	Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	Essencial que de futuro PC tenha em consideração os novos desafios, reagindo de forma selectiva e efectiva. Essa resposta implica uma PC reforçada.
	Coordenação com outras políticas sectoriais	Não obstante o objectivo central continuar a ser a promoção do desenvolvimento dos EM e das regiões mais desfavorecidas, deve procurar-se o seu alinhamento com as grandes prioridades estratégicas do desenvolvimento da UE, assegurando complementaridades e sinergias com as restantes políticas da União. Para tal, a prossecução dos objectivos dessas políticas deve ser apoiada através de instrumentos e programas específicos da coesão, e simultaneamente serem incorporados objectivos e critérios da característicos da coesão na implementação de outras políticas sectoriais Propõe-se o fortalecimento da coordenação com outras políticas sectoriais da UE, particularmente aquelas com impactos territoriais significativos, sendo fundamental para alcançar melhor resultados ao nível da coesão económica, social e territorial.
	Relação com a Coesão Territorial	A consagração pelo Tratado de Lisboa da coesão territorial como nova dimensão da PC, reforça-a. A conjugação das especificidades características de cada uma das três dimensões, permite o estabelecimento de relações de complementaridade entre si.
	Relação com a Cooperação Transfronteiriça	Valorização do papel da cooperação transfronteiriça, nomeadamente dos modelos de 2ª geração. PO deverão contribuir mais eficazmente para o crescimento económico e criação de empregos, existindo necessidade de definição de linhas de orientação nesse sentido.
Relação com Fundos	Importante trabalhar com vista ao melhor alinhamento de regras e procedimentos que assegurem a melhoria da coerência e das sinergias entre os diferentes fundos da Política da Coesão e outros fundos europeus com impactos territoriais relevantes.	
Simplificação, monitorização e avaliação	Defende a simplificação de procedimentos deslocando o enfoque da sua verificação para os resultados das políticas. Importante avaliação sistemática e oportuna e simplificação dessas regras.	
Reino Unido	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	Contribui para os objectivos económicos e sociais consignados no art.2º do TUE e assim reduz as disparidades entre os níveis de desenvolvimento das várias regiões e os atrasos das regiões ou Ilhas, incluindo as áreas rurais, menos favorecidas. Poder-se-á ganhar valor acrescentado se se dirigir os assuntos migratórios a nível da UE onde assuntos similares ou interligados podem ser tratados conjuntamente.
	Princípios Orientadores da PC	Uma abordagem estratégica à Política da Coesão irá assegurar que todas as regiões irão ter em conta as suas acções de coesão no contexto das políticas europeias e nacionais, no contexto da globalização. Definição mais concreta do Princípio da Parceria com critérios mais claros de verificação. A UE deverá focalizar-se na promoção da subsidiariedade para além do nível nacional e aplicar o princípio da parceria na monitorização, assegurando o compromisso com a governação a todos os níveis.

Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	<p>Regiões atrasadas (nomeadamente as que se encontram num nível muito abaixo da média europeia em termos económicos). A PC deverá também ter <i>targets</i> temáticos de apoio a regiões que são fracas em áreas específicas essenciais para a economia do conhecimento. Face ao "novo paradigma local" são necessários novos indicadores para além do actual PIB GDP. A diversidade das regiões, cidades europeias deve ser explicitamente reconhecida na PC a qual poderá ser feita numa base temática, como por ex. através do desempenho social e económico. Para se alcançar convergência entre as regiões da UE vai ser necessário mais do que uma PC de "separação" e financiadora. Esta política deverá ter um papel principal em todas as actividades da União. Todas as decisões e actividades da União têm de ser "coesão provada".</p>
Abordagem nacional vs. regional	
Abrangência vs. focalização	<p>(Abordagem <i>Bottom-Up</i>) – Indústrias Chave – a PC deverá apoiar projectos que impulsionem clusters e o trabalho trans-sectoriais. A PC não deverá ser excessivamente limitada aos mecanismos e estruturas nacionais. Uma abordagem mais focalizada localmente irá ajudar a aumentar a visibilidade da acção e ajudar a UE a comunicar os benefícios da PC aos cidadãos. A PC deverá ser orientada para intervenções específicas desenhadas para permitirem colocar em prática determinadas oportunidades, ou seja, tratar os assuntos que impedem as regiões de <i>performing</i> o seu potencial, ou que ameaçam causar problemas no futuro. A PC deverá continuar a ser uma política económica da EU, assistir as regiões e não se limitar a redistribuir recursos a toda a EU, mas a modelar políticas de desenvolvimento económico.</p>
Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	<p>A PC pode apoiar todos os aspectos da coesão social numa forma global. Pode apoiar as regiões em colocar em prática pacotes de medidas para assistir migrantes de dentro e fora da UE. Indiscutivelmente o <i>earmarking</i> excluiu a possibilidade de ter este tipo de medidas no âmbito do actual <i>Round</i> de programação. Acento nas competências relacionadas com Informação, Tecnologias de Comunicação, Empreendedorismo e Capacidades de Gestão, Educação "para além do <i>mainstream</i>".</p>
Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	<p>Apoiar a Estratégia de Lisboa e de Gotemburgo através dum alinhamento com as <i>Integrated Guidelines for Jobs and Growth and National Reform Programs</i>. Em termos de foco das despesas nas áreas abarcadas pela Estratégia de Lisboa, deverá haver flexibilidade adicional (permitir que outros instrumentos inovadores possam contribuir para os objectivos de Lisboa no sentido de assegurar que a actividade está a contribuir para o crescimento sustentável e emprego na região).</p>
Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	<p>A PC ao ligar actividades próximas com a Agenda de Lisboa está a tratar de aspectos da globalização. Este foco deverá ser continuado, apesar de talvez serem necessário alguns ajustes. Desafios: Alterações demográficas – a PC deverá assistir as regiões em interligar as populações envelhecidas e as migrações, quer internas, quer externas. Abordagem ao ciclo de vida e assegurar empregos para os desempregados e incapacitados. Alterações Climáticas – Reduzir a procura energética, em ligação com o investimento nas tecnologias das renováveis, contribuindo para a Mitigação.</p>
Coordenação com outras políticas sectoriais	<p>É importante que programas apoiados pela PC complementem estratégias regionais e locais para além dos que estão a funcionar a nível nacional ou da EU. A PC deverá ter objectivos estratégicos a nível da UE. Necessidade de integrar a "dimensão territorial" como parte do desenvolvimento de novas políticas.</p>
Relação com a Coesão Territorial	<p>É necessário na resolução de alguns problemas (em áreas bem localizadas) da UE15 passar-se dum paradigma "regional" para um "local" na repartição da Coesão Territorial.</p>
Relação com a Cooperação Transfronteiriça	<p>A Comissão deve identificar e promover áreas de boas práticas na cooperação transnacional, assegurando que não haja duplicação com outras actividades comunitárias. Os programas de cooperação transnacional apoiados através da PC provaram ser uma ferramenta efectiva na redução das fronteiras e no reforço do Mercado Único.</p>
Relação com Fundos	<p>Reforma dos Fundos Estruturais e de Coesão no contexto duma reforma ampla do Orçamento da EU, como parte fundamental da revisão do orçamento da EU. Para um orçamento da UE moderno – 3 Princípios: "valor acrescentado para a UE"; acção a nível da UE deve ser proporcional e flexível; gestão financeira com padrões elevados de controlo e auditorias independentes a par com disciplina orçamental. A Política Coesão deverá ser repartida por um conjunto mais amplo de instrumentos do que os fundos estruturais. Todas as acções, políticas e legislação da UE deverá ser "coesão provada". Os processos candidatos aos Fundos Estruturais são muito complicados e muito fracos a nível da sua eficácia Em atingir os seus objectivos. Devem, por isso, ser simplificados e aplicados proporcionalmente. Contesta qualquer tentativa de "renacionalização" dos Fundos. A PC futura deverá focalizar-se em construir uma forte ponte com as principais intervenções dos Fundos Estruturais através de programas de I&amp;D especializados e técnicos.</p>
Simplificação, monitorização e avaliação	<p>Apesar da simplificação da gestão financeira, controlo e sistemas de auditorias ser bem visto, ainda continuam a ser bastante complexos, havendo espaço para melhorias. A investigação deverá continuar a identificar o impacto dos Fundos de Coesão e Estrutural gastos no crescimento económico. Na GB a futura PC deverá ser conduzida por novas estruturas de governação democráticas locais para supervisionar e escrutinar resultados da utilização conjunta de fundos domésticos e da EU; como parte duma parte delegante e implementando um melhor e mais profundo princípio de parceria. Abordagem mais integrada e flexível ao crescimento e ao emprego. Para assegurar que a política da Coesão seja mais <i>user-friendly</i> deve-se assegurar a redução da burocracia. Devolução da implementação da PC aos níveis regionais e locais.</p>



República Checa	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	Manutenção da PC justificável pelas disparidades existentes entre regiões e tendências de desenvolvimento regional desequilibrado. Manter valor adicional apoiando áreas em que intervenção comunitária é mais eficaz que intervenção nacional.
	Princípios Orientadores da PC	
	Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	Manter ênfase no apoio à convergência das regiões e EM menos desenvolvidos, tendo em consideração condições e necessidades específicas das regiões e EM relevantes. PIB <i>per capita</i> critério mais aceitável na identificação de áreas elegíveis.
	Abordagem nacional vs. regional	Desejável constituição de parcerias entre os diferentes níveis da administração, nacional, regional e local, principalmente nas fases de preparação de projectos.
	Abrangência vs. focalização	
	Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	
	Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	Deve respeitar objectivos da EL. No entanto não deve ser entendida como mera ferramenta para os objectivos da EL, mas sim como instrumento em primeira linha da coesão, respeitando as suas funções de convergência e solidariedade. Intervenções no âmbito da EL competem em primeiro lugar a políticas nacionais.
	Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	Continuar como ferramenta ao serviço do aumento da prosperidade e solidariedade dos EM e regiões mais desfavorecidos, respondendo simultaneamente anos novos desafios e condições mutáveis características da economia global. Resposta bem sucedida aos novos desafios implica partilha de objectivos e coordenação de procedimentos em conjunto com uma aplicação consistente com o princípio da subsidiariedade. Processo deve ser baseado em avaliações de impacto desses desafios. Novos desafios devem ser abordados em primeira linha pelas políticas sectoriais, PC deve complementá-las com base em características específicas de cada região. Resposta às alterações demográficas passa por tornar os territórios mais atractivos, apoiando sector empresarial local, e redes de transportes. Desafio das alterações climáticas não pode ser resolvido através das actuais políticas. Devem ser formuladas novas iniciativas que apoiem os EM na adaptação às AC.
	Coordenação com outras políticas sectoriais	Medidas suplementares da PC às políticas sectoriais com base em características específicas de cada região conduzirão à melhor coordenação e complementaridade e criação de sinergias.
	Relação com a Coesão Territorial	Aprofundar coesão territorial ao nível transfronteiriço, inter-regional e transnacional. Dimensão territorial essencial para questões de interconectividade e complementaridade de funções entre cidades e áreas rurais e criação de parcerias entre si. Coesão territorial deve ser prioritária, principalmente nas regiões fronteiriças. Deverá ser articulada com as políticas de transportes e encorajar abordagens comuns ao ordenamento do território e a formulação e implementação de estratégias de desenvolvimento conjuntas.
	Relação com a Cooperação Transfronteiriça	Realça importância de iniciativas de cooperação territorial, como o INTERREG, que devem ser fomentadas pela partilha de experiências e transferência de know-how que permitem.
Relação com Fundos	Assegurar complementaridade e sinergias entre PC e medidas da política de desenvolvimento rural, apoiando a diversificação da economia nas áreas rurais.	
Simplificação, monitorização e avaliação	Transferência de responsabilidades de controlo, auditoria e monitorização da Comissão para os EM trará maior flexibilidade e diminuirá burocracia.	
Roménia	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	PC vantajosa não apenas para regiões e EM menos desenvolvidos, mas para toda a EU.
	Princípios Orientadores da PC	
	Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	Regiões e EM mais atrasados deverão ser os principais beneficiários e deverão receber alocações superiores por habitante. Apóia manutenção do princípio de alocações nacionais e regionais.
	Abordagem nacional vs. regional	
	Abrangência vs. focalização	
	Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	
	Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	PC deverá continuar a conceder apoio valioso aos objectivos da EL renovada. No entanto EM deverão ser livres de aplicar as medidas da EL da forma considerada mais adequada às suas condições.
Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	PC deverá auxiliar regiões a alcançar sucesso num mundo globalizado desenvolvendo as suas capacidades de identificar e fortalecer as suas posições estratégicas, que contribuirá para garantir a vantagem competitiva da região na UE e no mercado global. Deverão ser canalizados mais esforços para a prevenção e mitigação das alterações climáticas.	

	Coordenação com outras políticas sectoriais	PC apenas alcançará os resultados esperados quando combinada com políticas nacionais e regionais articuladas e abrangentes. Deverá ser dada particular atenção à complementaridade entre PC e a política de desenvolvimento rural.
	Relação com a Coesão Territorial	
	Relação com a Cooperação Transfronteiriça	
	Relação com Fundos	
	Simplificação, monitorização e avaliação	Soluções para a simplificação têm que ser encontradas por EM e COM para que a PC seja mais eficaz.
Suécia	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	A solidariedade entre as regiões europeias cria valor acrescentado para toda a EU. Daí a importância da PC.
	Princípios Orientadores da PC	A PC deverá seguir os seguintes princípios: (1) o âmbito e os objectivos da PC deverá ligados de forma mais clara ao crescimento sustentável e à competitividade em todas as regiões da EU; (2) Criar os pré-requisitos para o desenvolvimento dum trabalho de desenvolvimento regional mais forte. Numa perspectiva europeia isto traduz-se que o futuro da PC deverá ser guiada pelos seguintes princípios (a) foco estratégico; (b) forte dimensão territorial (c) sincronizar as áreas políticas para o crescimento regional (d) colaboração transfronteiriça (e) participação em termos de igualdade (3) Maior transparência na responsabilidade e atribuição de papéis e fóruns para o diálogo com os diferentes níveis da sociedade (4) aumentar a efectividade através duma maior focalização nos resultados, implementação e capacidade de aprendizagem. A PC deu um grande contributo para uma atribuição vertical de papéis no desenvolvimento do trabalho com representantes locais e regionais que detêm um papel de liderança no desenvolvimento de esforços regionais. Isto envolve um foco estratégico, princípio da parceria, campo de actuação do actores locais e regionais, participação na realização das prioridades nacionais e europeias para o crescimento sustentável e um reforço da perspectiva territorial.
	Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	Todas as regiões devem participar em termos de igualdade no crescimento regional sustentável. Compensação irá continuar disponível para as regiões com fraca densidade populacional que tenham de lidar com climas rigorosos e longas distâncias entre os centros populacionais.
	Abordagem nacional vs. regional	
	Abrangência vs. focalização	
	Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	
	Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	Para que regiões como o Norte da Suécia e outras regiões da UE continuarem a ser ricas no futuro e conseguirem contribuir para a realização da Agenda de Lisboa e da Estratégia de Gotemburgo será necessário desenvolver negócios e infra-estruturas. Paralelamente, há que apoiar a capacidade das regiões para criarem emprego, educação e bom ambiente com energias renováveis, boas comunicações e uma "demografia positiva" com bons sistemas de saúde pública de forma a equipar as regiões para enfrentarem as necessidades futuras.
	Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	Desafios demográficos (baixas taxas de natalidade e migrações) a PC e os instrumentos financeiros subsequentes usados no desenvolvimento de novas soluções e técnicas como as técnicas <i>spanning distance</i> usadas nos serviços públicos podem ajudar a enfrentar os desafios demográficos em regiões com baixa população no Norte da Suécia. Em relação às alterações climáticas a PC pode apoiar as regiões centrando-se nestes desafios em regiões como as do Norte da Suécia, apostando no desenvolvimento de energias renováveis (para reduzir as emissões de CO2) como a biomassa, eólicas ou poderá criar valor acrescentado para todas as regiões da UE (uma gestão mais intensiva da florestação poderá contribuir para a captura de carbono).
	Coordenação com outras políticas sectoriais	Áreas políticas relevantes como o desenvolvimento rural e o desenvolvimento do sector dos negócios, deverão ser coordenadas para apoiarem os esforços do apoio regional para o crescimento sustentável. Coordenação das políticas como elemento central da Coesão territorial.
	Relação com a Coesão Territorial	
Relação com a Cooperação Transfronteiriça	A colaboração além fronteiras deverá continuar a ser uma prioridade estratégica e deve-se aumentar o seu apoio. No Norte da Suécia deverá desenvolver-se nos seguintes campos: clima, ambiente e energia, tecnologia <i>spanning-distance</i> e <i>e-saúde</i> . Com estas medidas todas as regiões da UE irão beneficiar. Serão muito importantes para a competitividade global competências críticas como estratégias de inovação regional, infra-estruturas, segurança de aprovisionamento energético e recursos humanos. Neste contexto, as regiões poderão beneficiar da partilha e da cooperação transfronteiriças, partilhando boas práticas no âmbito do desenvolvimento de estratégias, as quais devem ser apoiadas pela PC.	
Relação com Fundos	Melhor coordenação com os Fundos Estruturais e outros programas de desenvolvimento poderão criar sinergias.	
Simplificação, monitorização e avaliação		



Stakeholders	Comissão Europeia	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	Princípio da solidariedade mantém-se no centro do projecto europeu, desenvolvimento da PC deve ser prosseguido nesse espírito. No actual contexto global existe uma motivação reforçada para a PC, sendo a forma mais eficaz de alcançar a coesão na UE o apoio à competitividade, e a promoção das vantagens competitivas de cada região. Mobilização do potencial económico das regiões com vista à promoção da competitividade, permitirá à PC auxiliar todas as regiões a contribuirem para uma Europa sustentável e próspera, trabalhando em prol de uma maior eficiência e equidade.
		Princípios Orientadores da PC	Dimensão estratégica deverá ser reforçada, dando maior atenção às orientações estratégicas e aos QREN, nomeadamente através da instituição de um debate político de alto nível anual no qual EM analisem em conjunto progresso alcançado e aumentando papel estratégico da COM.
		Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	Mantém-se consensual necessidade de concentração nas regiões mais desfavorecidas. Necessário trabalhar com vista a um mecanismo de apoio gradual mais estável e justo por forma a resolver problemas da transição das regiões entre critérios de elegibilidade.
		Abordagem nacional vs. regional	
		Abrangência vs. focalização	
		Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	Mantém-se relevantes os objectivos prioritários da PC, no entanto o seu enfoque deve ser revisto. As estratégias para a competitividade das regiões devem assentar nas características territoriais que as distinguem nas suas vantagens comparativas. Constituem prioridades consensuais a redução das disparidades entre as regiões. Para que impacto máximo seja alcançado será necessário concentrar parte significativa dos fundos num número mais limitado de prioridades e de âmbito mais restrito. A selecção dessas prioridades deverá ser alvo de um processo político estratégico que envolva as instituições comunitárias e os Estados Membros.
		Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	Deverão ser construídos laços mais fortes entre os programas da PC e a EL, nomeadamente através de uma integração mais forte dos objectivos nacionais no âmbito da EL nos programas financiados através da PC e de um envolvimento mais aprofundado de parceiros locais e regionais nas estruturas nacionais de coordenação para a Estratégia.
		Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	Impactos dos novos desafios variam significativamente consoante a região e necessitam de soluções criadas e implementadas ao nível regional e local. Concepção de soluções integradas para os novos desafios, que tenham em conta as características de cada local, num enquadramento multi-nível. Respostas aos novos desafios requerem maior concentração na cooperação com os países vizinhos.
		Coordenação com outras políticas sectoriais	Potencial da cooperação com outras políticas sectoriais não tem sido devidamente explorado, necessário melhor coordenação ao nível nacional e comunitário e intervenções melhor direccionadas.
		Relação com a Coesão Territorial	Dimensão territorial da Política da Coesão deverá ser reforçada.
		Relação com a Cooperação Transfronteira	Consensual o valor adicional associado à cooperação territorial, desejável aprofundar o seu papel na concepção de soluções comuns para problemas partilhados. Necessidade de simplificação no domínio da cooperação territorial.
		Relação com Fundos	
	Simplificação, monitorização e avaliação	Deverá procurar-se equilíbrio entre regras e procedimentos necessários à correcta utilização dos recursos comunitários, reduzindo no entanto encargos administrativos. Para tal será importante ajustar mecanismos de gestão e controlo à natureza da intervenção. Mecanismos de cumprimento mais orientados para resultados através da promoção de uma cultura de monitorização e avaliação mais forte.	
	Assembleia das Regiões Europeias	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	
		Princípios Orientadores da PC	Respeito pelos princípios de coesão e subsidiariedade tornam a re-nacionalização ou qualquer método aberto de coordenação inaceitáveis. De acordo com o princípio da subsidiariedade, os políticos eleitos devem contribuir para o processo de alocação e gestão dos fundos.
		Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	Política regional da UE deverá continuar a apoiar a convergência e o desenvolvimento sustentável em todo o território europeu. Todas as regiões deverão poder beneficiar do financiamento da UE, com diferentes níveis de intensidade. Devem ser definidos novos indicadores além do PIB, permitindo uma melhor definição das regiões elegíveis, dos níveis de financiamento e avaliação da política.
		Abordagem nacional vs. regional	
		Abrangência vs. focalização	
		Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	
		Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	<i>Earmarked</i> dos fundos estruturais destinado aos objectivos da Estratégia de Gotemburgo deve estar ao mesmo nível que o destinado ao cumprimento da Estratégia de Lisboa.

	Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	
	Coordenação com outras políticas sectoriais	Necessário estabelecer maiores sinergias entre a política regional da UE e outras políticas comunitárias para melhorar a sua eficiência. Nomeadamente com a PAC, de forma a permitir o desenvolvimento multifuncional das áreas rurais. A política de desenvolvimento rural da UE e o seu orçamento deveriam ser integrados na PC, procurando-se uma maior coerência desde os períodos de programação, através de planos estratégicos comuns.
	Relação com a Coesão Territorial	Tendo em vista a promoção por parte da política regional dos objectivos de desenvolvimento sustentável, deve ser concedida maior atenção ao conceito de coesão territorial.
	Relação com a Cooperação Transfronteiriça	Necessário dar maior prioridade à cooperação e redes territoriais no pós 2013, beneficiando da larga experiência adquirida e promovendo novas parcerias que encorajem a inovação e melhorias constantes nas administrações regionais e o desenvolvimento de parcerias rurais-urbanas. Deverá ir-se mais além do que a partilha de boas práticas, permitindo a realização de acções piloto, implementação conjunta de actividades e a participação de privados como parceiros. Prioritário o envolvimento de estados fora UE na cooperação territorial.
	Relação com Fundos	Fundo Social deveria ser regionalizado e ter regras de funcionamento semelhantes às do Fundo de Desenvolvimento Regional, de forma a permitir abordagens <i>tailor-made</i> em áreas como emprego, capital humano, pobreza, habitação.
	Simplificação, monitorização e avaliação	
Eurocities	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	PC como meio de distribuição dos benefícios da integração europeia a todos os cidadãos da UE. Deverá ser mantida e reforçada, de forma a reduzir disparidades económicas e sociais e contribuir para um desenvolvimento económico e social da UE mais sustentável.
	Princípios Orientadores da PC	Forma de estabelecer parcerias com as cidades no que respeita à governação da PC deve ocupar um lugar central nas discussões sobre o futuro da PC. Apela ao reforço do modelo de governação metropolitana e à coordenação ao nível cidade-região, para a melhor eficácia das políticas destinadas à promoção do crescimento, emprego e sustentabilidade. Futuros relatórios da COM sobre a matéria devem incluir capítulo específico sobre cidades e áreas urbanas.
	Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	Pelas repercussões que os desafios que a UE enfrenta têm em particular nas cidades e atendendo ao valor acrescentado de medidas implementadas em áreas urbanas para alcançar objectivos das Estratégias de Lisboa e Gotemburgo verifica-se a necessidade de aumentar o financiamento no âmbito da PC destinado às cidades e regiões.
	Abordagem nacional vs. regional	
	Abrangência vs. focalização	
	Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	Atenção deverá ser concedida em particular à resolução das crescentes disparidades intra-urbanas em áreas como desemprego, produtividade, rendimento, níveis de educação e capacidade de inovação.
	Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	Medidas implementadas nas áreas urbanas representam um valor acrescentado no contributo para alcançar os objectivos da Estratégia de Lisboa e de Gotemburgo.
	Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	Concorda com desafios identificados no 4º Relatório da Coesão, mas não são exclusivos. Identifica também: mudanças de estilo de vida, aumento das disparidades de rendimento, concentração das populações desfavorecidas em bairros das cidades e respectivas consequências ao nível da coesão social, elevada percentagem de pessoas em risco de pobreza. Desafios impactam cidades de forma significativa, PC que de futuro não se dirija de forma adequada às cidades e áreas urbanas põe em risco a resposta da UE aos desafios com que se depara. Necessário envolver <i>stakeholders</i> na análise da verdadeira natureza destes desafios. Contributo do Grupo de Desenvolvimento Urbano da COM deverá ser devidamente aproveitado para a análise dos desafios.
	Coordenação com outras políticas sectoriais	Apela à COM que coordene o seu trabalho com o trabalho desenvolvido pelos EM no âmbito da implementação do Plano de Acção da Agenda Territorial e Carta de Leipzig.
	Relação com a Coesão Territorial	
	Relação com a Cooperação Transfronteiriça	
Relação com Fundos	O relatório estratégico sobre os Fundos Estruturais previsto para 2010 deve avaliar a atenção concedida à dimensão urbana e territorial dos Programas Estruturais, e o seu contributo para o desenvolvimento urbano integrado e coesão territorial.	
	Simplificação, monitorização e avaliação	



Fabrizio Barca	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	
	Princípios Orientadores da PC	Reforma que implique a adopção de um conceito político forte, a concentração de prioridades, mudanças chave nos modelos de governação, um novo compromisso político de alto-nível e a adaptação do processo de negociação orçamental em conformidade. Um novo enquadramento estratégico: Promoção de um diálogo estratégico aprofundado, entre COM e EM, baseado num enquadramento do desenvolvimento estratégico Europeu, que defina as principais inovações da política, os princípios orientadores para a identificação de prioridades e um conjunto de indicadores de avaliação de desempenho. Reforço do sistema político de alto nível de <i>checks and balances</i> : promoção de um debate político de alto-nível alimentado pelas informações sobre os resultados produzidas pelas outras alterações propostas, em conjunto com o sistema renovado de equilíbrio entre a COM, o PE e o Conselho, fortalecido pela criação de uma formação própria do Conselho para a PC.
	Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	Manutenção dos actuais critérios de atribuição de fundos entre as regiões mais desfavorecidas e mais desenvolvidas.
	Abordagem nacional vs. regional	
	Abrangência vs. focalização	
	Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	Atribuição de recursos obedecendo a uma estratégia de desenvolvimento <i>place-based</i> , centrada em objectivos económicos e sociais. Necessidade de elaborar uma agenda "social territorial", destinada à garantia de elementos sociais acordados relevantes para o bem-estar dos cidadãos, contribuindo no longo-prazo para encorajar mobilidade dos cidadãos. Necessidade de distinção explícita entre intervenções destinadas ao aumento do rendimento e do crescimento económico e aquelas cujo objectivo consiste na redução das disparidades sociais. Reforma com vista a uma concentração inovadora nas prioridades base e atribuição tradicional do financiamento: Concentração de 55% a 65% do financiamento em 3 ou 4 prioridades identificadas através de um debate político de alto nível, propondo-se como possíveis áreas prioritárias: inovação, alterações climáticas, migrações, crianças, competências e envelhecimento.
	Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	
	Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	
	Coordenação com outras políticas sectoriais	
	Relação com a Coesão Territorial	
	Relação com a Cooperação Transfronteira	
	Relação com Fundos	
Simplificação, monitorização e avaliação	Nova relação contratual, implementação e reporte orientados para os resultados: Elaboração de um novo tipo de acordo entre COM E EM baseado no enquadramento estratégico e focalizado no desempenho e nas necessidades institucionais associadas à intervenção, acompanhado pela elaboração de uma avaliação de implementação pela COM e um relatório estratégico sobre os resultados da responsabilidade dos EM. Governança fortalecida para as prioridades: Definição de um conjunto de condições prévias para o enquadramento institucional a implementar antes do prosseguimento das prioridades e a criação de um sistema de avaliação de progresso.	
Jiri Blazek	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	Consenso generalizado sobre a necessidade da Política da Coesão com vista ao aumento da convergência e da competitividade na UE.
	Princípios Orientadores da PC	
	Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	Duas opções: Continuidade do princípio que todas as regiões devem ser apoiadas, variando esse apoio consoante os seus níveis de desenvolvimento socioeconómico, aferido pelo PIB <i>per capita</i> ou uma aplicação mais restrita do princípio da concentração, destinando-se a PC apenas às regiões mais desfavorecidas. Apesar das suas vantagens, a restrição dos fundos para as regiões mais desenvolvidas limita o alcançar de resultados significativos. Apoios concedidos no âmbito do objectivo competitividade implicam uma redução dos recursos disponíveis ao serviço do objectivo convergência, que constitui a prioridade da PC. Em relação à transição entre objectivos convergência e competitividade apresenta três opções: i) Fornecer a todas as regiões convergência o mesmo valor por habitante, que seria compensado pela disparidade dos níveis de preços entre as diferentes regiões e contribuiria para a sua convergência; ii) Diferenciar nível de co-financiamento nas regiões convergência, tornando-o mais elevado para as regiões mais desfavorecidas e inferior para as mais desenvolvidas, conseguindo uma diminuição progressiva da dependência face aos apoios comunitários; iii) Criar um mecanismo de apoio de nível intermédio, inferior ao do objectivo convergência, mas superior ao objectivo competitividade, destinado a regiões cujo PIB <i>per capita</i> continue a ser inferior à média UE apesar de não se situar abaixo de 75%

	Abordagem nacional vs. regional	
	Abrangência vs. focalização	Um problema que afecta a PC é a sua ampla abrangência. Possível solução poderá passar por "concentração flexível", permitindo aos EM, ou às regiões elegíveis, uma maior liberdade na selecção das áreas prioritárias específicas às quais desejem destinar os recursos da PC, desde que limitados quanto ao número de prioridades definidas.
	Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	Fundamental seleccionar as intervenções mais significativas ao nível comunitário e que representem um maior valor acrescentado.
	Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	Possibilidade de recorrer aos fundos da PC para financiar infra-estruturas destinadas à actividade científica e de investigação, contribuindo para alcançar os objectivos da EL ao nível europeu. Essa concentração de recursos no domínio da I&D permitiria beneficiar de efeitos de aglomeração e da constituição de redes de cooperação e <i>clusters</i> .
	Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	Perante diversidade dos novos desafios, deverá ser avaliado se as áreas identificadas constituem interesses comuns a todos os EM e caso se considere pertinente resolver essas questões ao nível europeu, se tal deverá passar pela criação de uma nova política destinada a esse efeito, ou deverão ser tratados através da PC. Tal deverá ter em consideração o eventual enfraquecimento da PC que a integração de novas áreas poderá causar, bem como ao facto que a alocação de fundos para os novos desafios não deverá ser feita em detrimento do objectivo central da PC.
	Coordenação com outras políticas sectoriais	Aumento da eficiência da PC passará por relacioná-la com outras políticas sectoriais comunitárias e nacionais, através da integração da dimensão regional noutras políticas, nomeadamente na concessão de apoios no âmbito de determinada política consoante as necessidades específicas de cada região.
	Relação com a Coesão Territorial	
	Relação com a Cooperação Transfronteiriça	
	Relação com Fundos	
	Simplificação, monitorização e avaliação	Necessária a simplificação da implementação e dos procedimentos administrativos, nível da relação entre COM e EM, nos sistemas de gestão e implementação nacionais; no enquadramento do ciclo do projecto. Proposta de número mais restrito de PO mais amplos e períodos de candidatura contínuos.
Michel Delebarre	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	
	Princípios Orientadores da PC	
	Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	Alterar os indicadores territoriais para determinar melhor os <i>enjeux</i> da coesão territorial. Sugere a aplicação de indicadores mais "evoluidos" do que o PIB <i>per capita</i> .
	Abordagem nacional vs. regional	
	Abrangência vs. focalização	Objectivo político mais concentrado em relação à missão original da PC.
	Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	
	Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	
	Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	
	Coordenação com outras políticas sectoriais	Necessidade de melhor coordenação entre as diversas políticas sectoriais comunitárias.
	Relação com a Coesão Territorial	Introdução da coesão territorial nos objectivos políticos da União devendo reforçar a necessidade de "recentragem", conduzindo a uma certa inflexão da Política regional actual.
	Relação com a Cooperação Transfronteiriça	
	Relação com Fundos	
	Simplificação, monitorização e avaliação	



Petr Zahradnick	Justificação da PC e Valor Acrescentado Europeu	
	Princípios Orientadores da PC	Papel das instituições europeias na definição da PC deverá consistir na motivação, informação e fornecimento de orientações estratégicas. Seria útil a elaboração de linhas de orientação que permitissem às regiões identificar mais facilmente o seu nível de produtividade e compararem-no ao de outras regiões.
	Elegibilidade de territórios e indicadores e Transição entre objectivos convergência e competitividade	Alteração do critério orientador para aplicação da PC, passando a estar assente no nível de conhecimento.
	Abordagem nacional vs. regional	
	Abrangência vs. focalização	
	Âmbito de aplicação e identificação de prioridades	Aplicabilidade da PC ao nível da dimensão urbana, atendendo às necessidades de desenvolvimento económico e social específicas das áreas municipais que desempenham por vezes um papel importante na relação entre áreas rurais e urbanas. Prioridade não exclusiva a critérios económicos e empresariais, valorizando também aspectos ambientais, promovendo o apoio à <i>green economy</i> e dando resposta aos novos desafios.
	Relação com Estratégia de Lisboa e Estratégia de Gotemburgo	
	Relação com Novos Desafios e Resposta ao actual contexto económico global	
	Coordenação com outras políticas sectoriais	Articulação entre PC, conhecimento, investigação e desenvolvimento, deverá passar pela complementaridade entre os vários instrumentos existentes nestes domínios, pelo desenvolvimento de clusters e pelo fortalecimento de uma abordagem horizontal e integrada.
	Relação com a Coesão Territorial	Ao nível da coesão territorial, a prioridade será a eliminação de barreiras que persistem entre fronteiras.
	Relação com a Cooperação Transfronteiriça	Cooperação transfronteiriça não deverá ser descurada, possibilitando a algumas regiões aceder a apoios que de outra forma não poderiam usufruir.
	Relação com Fundos	
Simplificação, monitorização e avaliação		

Nota: No âmbito da pesquisa bibliográfica não foram encontrados contributos de alguns Estados-membros, sendo que alguns deles apenas se encontram disponíveis na sua língua materna (casos de Chipre, Eslovénia, Grécia, Hungria, Luxemburgo e de alguns contributos da Holanda).

Fontes: ASSEMBLY OF EUROPEAN REGIONS, "EU Cohesion policy post-2013 – AER position", Jun. 2008, [on-line], Disponível em [http://www.aer.eu/fileadmin/user\\_upload/MainIssues/CohesionRegionalPolicy/2008/EN-Position-Cohesion-DEF.pdf](http://www.aer.eu/fileadmin/user_upload/MainIssues/CohesionRegionalPolicy/2008/EN-Position-Cohesion-DEF.pdf)  
BARCA Fabrizio, An Agenda for a Reformed Cohesion Policy – A place-based approach to meeting European Union challenges and expectations, Abril de 2009 [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/policy/future/barca\\_en.htm](http://ec.europa.eu/regional_policy/policy/future/barca_en.htm)  
BLAZEK, Jiri, Evolution or Revolution? Some Dilemmas for Future Cohesion Policy After 2013, Charles University, Março 2009.  
BORDER, MIDLAND AND WESTERN REGIONAL ASSEMBLY AND SOUTHERN AND EASTERN REGIONAL ASSEMBLY, "Submission on the Future of EU Cohesion Policy", Nov. 2008, [on-line], Disponível em <http://www.bmwassembly.ie/news/publications/Future%20of%20EU%20Cohesion%20Policy.pdf>  
COMISSÃO EUROPEIA, "Reflection Paper on Future Cohesion Policy", Informal Ministerial Meeting of Ministers for Regional policy, Marianske Lazne, 22-24 de Abril de 2009, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/commission\\_barroso/hubner/document/reflection-paper-on-future-cohesion-policy.pdf](http://ec.europa.eu/commission_barroso/hubner/document/reflection-paper-on-future-cohesion-policy.pdf)  
CORREIA, FRANCISCO NUNES, "Intervenção do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional", Reunião Informal de Ministros do Ordenamento do Território e Política de Coesão da Presidência Checa – Sessão sobre o Futuro da Política de Coesão, Marianske Lazne, 23 de Abril de 2009.  
ZAHRADNICK, Petr, "EU Cohesion Policy and its Future Direction", Special Analysis, EU office of Ceska Sporitelna, Rep. Checa, Mar. 2009.  
Contributos dos Governos nacionais e organismos públicos, Governos regionais e locais, Organizações de interesse europeu sobre questões territoriais, Parceiros económicos e sociais, Organizações da sociedade civil, Universitários e instituição de investigação Peritos, no âmbito da consulta pública do Quarto Relatório da Coesão: Política Regional-InfoRegio, Inforegio, 27/09/07 – 31/01/08, [on-line], Disponível em [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/conferences/4thcohesionforum/all\\_contrib\\_pt.cfm?nmenu=6](http://ec.europa.eu/regional_policy/conferences/4thcohesionforum/all_contrib_pt.cfm?nmenu=6).